



CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM IFRS | Banco GMAC S.A.

Demonstrações Financeiras

2016



BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS	4
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADOS DO RESULTADO	5
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO ABRANGENTE	6
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	9
1. Contexto operacional.....	9
2. Políticas contábeis	9
2.1. Base de preparação	9
2.2. Usos de premissas, estimativas e julgamentos.....	12
2.3. Resumo das principais práticas contábeis.....	14
2.3.1. Novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos existentes aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016:.....	23
2.3.2. Pronunciamentos contábeis emitidos e aplicáveis em exercícios futuros:.....	24
2.4. Reconciliação dos ajustes entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BRGAAP) e o IFRS.....	25
3. Resultado líquido de juros e similares.....	29
4. Resultado Líquido com Ativos para Negociação	29
5. Outras receitas, despesas operacionais, despesas de pessoal e despesas de serviços de terceiros.....	29
6. Valor justo de Instrumentos Financeiros	30
7. Caixa e equivalentes de caixa.....	32
8. Ativos Financeiros para Negociação	33
9. Empréstimos e Recebíveis.....	33
10. Ativo Imobilizado	34
11. Outros ativos.....	36
12. Depósitos de instituições financeiras.....	36
13. Depósitos de clientes	36
14. Outros passivos financeiros ao custo amortizado	36
15. Imposto de renda	37
16. Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	39
17. Outros Passivos.....	42
18. Patrimônio Líquido.....	42
19. Partes relacionadas	44
20. Análise de vencimento dos ativos e passivos financeiros.....	46
21. Gestão de risco.....	47



21.1.	Introdução	47
21.2.	Risco de crédito	48
21.3.	Risco Operacional.....	55
21.4.	Risco de Mercado	57
21.5.	Risco de liquidez	58
21.6.	Risco Socioambiental	62
21.7.	Risco Legal	62
22.	Limites operacionais.....	62
	RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	65

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM IFRS** / BANCO GMAC S.A.BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS
LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	2016	2015
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	626.915	668.316
Ativos Financeiros para Negociação	8	214.994	25.159
Empréstimos e Recebíveis	9	8.736.782	11.035.543
Créditos Tributários	15	576.971	612.994
Outros Ativos	11	1.208.012	1.231.073
Ativo Imobilizado	10	11.294	10.524
Total do Ativo:		11.374.968	13.583.609
PASSIVO			
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado			
Depósitos de Instituições Financeiras	12	5.047.015	6.828.740
Depósitos de Clientes	13	750.723	1.319.133
Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	14	2.486.723	2.588.680
Passivos Fiscais	15	1.896	2.248
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	16	859.771	815.052
Outros Passivos	17	281.956	227.860
Total do Passivo:		9.428.084	11.781.713
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Líquido atribuível ao controlador			
Capital Social	18	1.589.653	1.458.380
Reservas	18	229.123	233.060
Lucros (prejuízos) acumulados		128.058	110.414
Total do patrimônio líquido do controlador		1.946.834	1.801.854
Participação de Acionistas não Controladores		50	42
Total do Patrimônio Líquido:		1.946.884	1.801.896
Total do Passivo e Patrimônio Líquido:		11.374.968	13.583.609

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM IFRS / BANCO GMAC S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO
LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota Explicativa</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas de Juros e Similares	3	2.483.351	2.674.728
Despesas de Juros e Similares	3	(1.475.289)	(1.698.547)
Resultado Líquido de Juros e Similares		1.008.062	976.181
Provisão para Perdas ao Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis	9c	(177.283)	(264.731)
Receita (Despesa) Líquida com Ativos Financeiros para Negociação	4	12.146	14.745
Despesas de Pessoal	5	(141.517)	(111.328)
Despesas de Serviços de Terceiros	5	(160.659)	(154.744)
Depreciação de Imobilizado	10	(2.668)	(2.181)
Amortização de Ativos Intangíveis	2.3g	-	(2)
Outras Receitas Operacionais	5	146.570	135.588
Outras Despesas Operacionais	5	(346.666)	(357.034)
Lucro Antes dos Impostos		337.985	236.494
Impostos de Renda e Contribuição Social Correntes	15	(61.841)	(46.967)
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	15	(29.156)	38.655
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social		(90.997)	(8.312)
Lucro Líquido do Exercício		246.988	228.182
Atribuível ao Controlador		246.980	228.175
Atribuível aos Não Controladores		8	7
Lucro líquido atribuível ao Controlador por ação básico e diluído – Em R\$ - por lote de mil ações	18d	R\$ 215,64	R\$ 199,22

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM IFRS** / BANCO GMAC S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO ABRANGENTE
LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro Líquido do Exercício	246.988	228.182
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	<u>246.988</u>	<u>228.182</u>
Atribuível a Controladora	246.980	228.175
Atribuível aos Não Controladores	8	7

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM IFRS** / BANCO GMAC S.A.DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido Atribuível ao Controlador	Patrimônio Líquido Atribuível aos Não Controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014		1.387.899	203.562	75.218	1.666.679	35	1.666.714
Aumento de Capital	18 a	70.481	(70.481)	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício		-	-	228.175	228.175	7	228.182
Destinações:							
Reservas		-	99.979	(99.979)	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio	18 c	-	-	(93.000)	(93.000)	-	(93.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		1.458.380	233.060	110.414	1.801.854	42	1.801.896
Aumento de Capital	18 a	131.273	(131.273)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	246.980	246.980	8	246.988
Destinações:							
Reservas		-	127.336	(127.336)	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio	18 c	-	-	(102.000)	(102.000)	-	(102.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		1.589.653	229.123	128.058	1.946.834	50	1.946.884

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM IFRS / BANCO GMAC S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	2016	2015
Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Exercício		246.988	228.182
Ajustes ao Lucro:			
Itens que não afetam caixa incluídos no Lucro		275.759	290.651
Depreciação	10	2.668	2.181
Amortização	2.3g	-	2
Provisão para Perdas ao Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis	9 c	177.283	264.731
Atualizações para Depósito em Garantia	5	(76.168)	(65.430)
Provisão (Reversão) de riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	16	81.088	81.232
(Lucro) na Alienação de Imobilizado	10	(109)	(377)
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	15	29.156	(38.655)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	15	61.841	46.967
Lucro Líquido Ajustado		522.747	518.833
Varição em Ativos e Passivos Operacionais			
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros para Negociação		(189.835)	5.633
(Aumento)/Redução em Empréstimos e Recebíveis		2.121.478	937.410
(Aumento)/Redução em Outros Ativos		99.229	237.937
Aumento/(Redução) em Captações com Bancos (Instituições Financeiras)		(1.781.725)	(1.990.708)
Aumento/(Redução) em Captações com Clientes		(568.410)	51.380
Aumento/(Redução) em Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado		(101.957)	742.623
Aumento/(Redução) em Ativos Fiscais		6.867	(32.343)
Aumento/(Redução) em Outros Passivos		54.510	(146.979)
Aumento/(Redução) em Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas		(36.369)	(18.693)
		(396.212)	(213.740)
Imposto de renda e Contribuição Social pagos		(62.607)	(72.675)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais		63.928	232.418
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Aquisição de Imobilizado	10	(5.283)	(7.528)
Alienação de Imobilizado	10	1.954	2.702
Caixa Líquido (Aplicado) em Atividades de Investimento:		(3.329)	(4.826)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Juros sobre Capital Próprio Pagos		(102.000)	(84.400)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamentos:		(102.000)	(84.400)
Aumento/(Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		(41.401)	143.192
Demonstração da Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do exercício	7	668.316	525.124
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do exercício	7	626.915	668.316
Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		(41.401)	143.192



1. Contexto operacional

O Banco GMAC S.A. (Banco) e empresas controladas (Grupo GMAC) conduzem suas operações principalmente no financiamento de veículos ao consumidor, no financiamento de peças e veículos e no empréstimo de capital de giro para as concessionárias da rede Chevrolet. O Banco é uma subsidiária integral da General Motors Holdings Participações Ltda. (Holdings), sociedade que tem como único e exclusivo objeto social a participação em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As entidades consideradas na consolidação das Demonstrações financeiras são constituídas e domiciliadas no Brasil. Sua sede está localizada na Avenida Indianópolis, 3.096, na cidade de São Paulo, Brasil.

As Demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram autorizadas para emissão conforme aprovação da Administração em 22 de março de 2017.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) a partir de 01 de janeiro de 2010, data da adoção inicial. O Banco prepara e divulga as demonstrações financeiras individuais societárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Adicionalmente, a partir de 31 de dezembro de 2010, o Banco passou a se enquadrar nos requerimentos da Resolução do BACEN que requer para instituições constituídas sob a forma de companhia aberta ou que estão obrigadas a constituir comitê de auditoria, apresentar demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), conforme aprovado pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e traduzido para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Accounting Standards Committee Foundation* (IASC).

Na elaboração dessas Demonstrações financeiras consolidadas, o Banco utilizou as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2.3.

A elaboração foi feita segundo o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mantidos para negociação que foram todos mensurados ao valor justo.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas pressupondo a continuidade de negócios. Não há conhecimento por parte da Administração de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais do Brasil (R\$), que é a moeda funcional de todas as entidades, e todos os valores são arredondados para (R\$) milhares de reais, exceto quando estiver indicado de outro modo.



Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras do Banco e de entidades (incluindo entidades estruturadas) controladas diretamente pelo Banco ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando o Banco:

- tem poder sobre a investida.
- está exposta, ou têm direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

O Banco reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando o Banco não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ele terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-lo na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto do Banco em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, o Banco considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- a dimensão da participação do Banco em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto.
- direitos de voto em potencial detidos pelo Banco, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes.
- direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que o Banco tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando o Banco obtém o controle sobre a controlada e termina quando o Banco perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que o Banco obtém o controle até a data em que o Banco deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários do Banco e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários do Banco e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.



As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco GMAC S.A., GMAC Administradora de Consórcios Ltda. (empresa autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil), GMACI Corretora de Seguros S.A. (empresa não financeira), GMAC Prestadora de Serviços de Mão de Obra Ltda. (empresa não financeira) e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Banco GMAC – Financiamento a Concessionárias.

A elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e das subsidiárias do Banco é feita para o mesmo exercício social utilizando-se práticas contábeis consistentes.

GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. (CNC) tem como atividade a administração de grupos de consórcio, formados para a aquisição de veículos. Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição dos bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas de compensação e resumidas por meio das demonstrações combinadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos. Suas operações são conduzidas contando com a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, cujos recursos são absorvidos segundo critérios de prática e razoabilidade em virtude do volume de serviços prestados.

GMACI Corretora de Seguros Ltda.

A GMACI Corretora de Seguros Ltda. (GMACI) foi constituída em 10 de setembro de 2003 e tem como objetivo social principal a prática de intermediação de operações de seguros. As atividades operacionais da Corretora estão inseridas no contexto dos negócios do Banco GMAC S.A. e da GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

GMAC Prestadora de Serviços de Mão de Obra Ltda.

A GMAC Prestadora de Serviços de Mão de Obra Ltda. (GMACPS) foi constituída em 18 de novembro de 1999 e seu objeto social compreende a administração de bens próprios e de terceiros; prestação de serviços em geral e de qualquer natureza, especialmente mão-de-obra, principalmente nas áreas técnicas, administrativas, de cobrança extrajudicial e de sistemas de informática, para pessoas jurídicas no território brasileiro; treinamento, formação e desenvolvimento profissional; participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista; e assessoria em gestão empresarial.

A partir de 01 de dezembro de 2015, os colaboradores registrados na GMAC Prestadora de Serviços de Mão de Obra Ltda., prestadora de serviços do grupo Chevrolet Serviços Financeiros, foram transferidos para o Banco GMAC S.A., cessando a prestação de serviços de terceiros desta natureza, entre empresas. Tais despesas foram integralmente assumidas pelo Banco a partir desta data e passaram a ser reconhecidas como “Despesas de Pessoal”:

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Banco GMAC – Financiamento a Concessionárias

O FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios) Banco GMAC – Financiamento a Concessionárias é uma comunhão de recursos que tem por principal objetivo a aquisição de direitos creditórios elegíveis originados por meio das operações de financiamento às concessionárias de veículos do Banco. Ele foi criado para proporcionar aos seus Cotistas, no momento da amortização de suas respectivas Cotas, a valorização dos recursos aplicados



inicialmente no Fundo, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição final dos Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados detidos pelo Cedente, por meio do Contrato de Cessão, observada a Política de Investimento.

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado, que deverá corresponder (i) a 50 (cinquenta) anos, contados a partir da primeira data de emissão ou (ii) à data em que a última série de cotas seniores for integralmente resgatada nos termos do Regulamento, o que ocorrer primeiro, ressalvadas as hipóteses de ocorrência de quaisquer dos eventos de liquidação antecipada do fundo.

Somente poderão subscrever e/ou adquirir cotas seniores e/ou cotas mezanino do fundo, investidores qualificados, observada a responsabilidade dos intermediários, no caso de aquisição em mercado secundário, de assegurar que (i) somente tais investidores poderão adquirir cotas do fundo e (ii) tais investidores sejam requeridos a assinar o termo de adesão ao regulamento, nos termos do Anexo I do regulamento.

O Fundo é disciplinado pela Resolução nº 2.907, emitida pelo Conselho Monetário Nacional - CMN em 29 de novembro de 2001, pela Instrução nº 489, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 11 de janeiro de 2011, alterações posteriores, pelo seu Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A consolidação do Fundo é justificada pelo fato do Banco ser detentor da totalidade das cotas subordinadas e mezanino do FIDC, sendo as cotas seniores pertencentes a investidores qualificados.

O quadro abaixo demonstra o tipo de controle, percentual de participação, total do Patrimônio Líquido e resultado do exercício das entidades consolidadas:

	Tipo de Controle	% de participação	Lucro (Prejuízo)	Patrimônio Líquido
GMAC Administradora de Consórcios Ltda.	Controlada	99,99%	39.526	362.964
GMACI Corretora de Seguros Ltda.	Controlada	99,99%	22.503	37.594
GMAC Prestadora de Serviços de Mão de Obra Ltda.	Controlada	0,00%	(2.942)	41.415
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Banco GMAC - Financiamento a Concessionárias	Sociedade de Propósito Específico	0,00%	87.181	532.722
	Total		146.268	974.695

2.2. Usos de premissas, estimativas e julgamentos

Os resultados do Banco estão sujeitos às estimativas, políticas e premissas contábeis que são inerentes à elaboração de suas demonstrações financeiras consolidadas. Encontram-se disponíveis na nota explicativa nº 2.3 a descrição das políticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

A elaboração das demonstrações financeiras exige julgamentos, estimativas e premissas, por parte da Administração, que afetam a aplicação das políticas contábeis e os montantes apresentados a título de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.



As estimativas e as premissas são revisadas periodicamente. As revisões relativas às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que a estimativa é revisada e em todos os períodos subsequentes afetados.

As áreas referentes a estimativas, incertezas e julgamentos críticos na aplicação de políticas contábeis que tem o efeito mais significativo nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras são:

a) Redução no valor recuperável de ativos financeiros / empréstimos e recebíveis

A política contábil do Banco em relação a perdas pela redução no valor recuperável dos empréstimos e recebíveis está descrita na nota explicativa nº 2.3 (d). Ao determinar se uma perda no valor recuperável deverá ser registrada na demonstração consolidada do resultado, o Banco efetua julgamentos sobre a existência de quaisquer dados observáveis que indiquem a ocorrência de uma redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados. A Administração utiliza estimativas com base na experiência de perdas passadas e de perdas que tenham ocorrido, mas não tenham sido identificadas ao estimar seus fluxos de caixa futuros. A nota explicativa nº 9 (c) detalha a movimentação da provisão para redução no valor recuperável do exercício.

Determinar a adequação da provisão obriga a Administração a exercer um julgamento significativo sobre assuntos que são inerentemente incertos, inclusive o cronograma, a frequência e a gravidade das perdas de crédito que poderia afetar substancialmente a provisão para perdas com empréstimos e recebíveis e, portanto, o lucro líquido.

A determinação da provisão é influenciada por inúmeras suposições e muitos fatores que podem afetar as estimativas de perdas, incluindo a volatilidade de perda em caso de probabilidade de inadimplência, de padrão, e migração de classificação. As principais premissas utilizadas no cálculo da provisão incluem:

(1) segregação da carteira com base em características de risco comuns; (2) identificação e estimativa de indicadores de carteira e outros fatores que a Administração acredita que são chave para a estimativa das perdas de crédito incorridas, e (3) avaliação do devedor. A Administração monitora a adequação da provisão e faz ajustes das premissas, quando necessário, para refletir uma estimativa das perdas com empréstimos incorridos na data-base de fechamento, com base na melhor informação disponível naquele momento.

b) Avaliação de instrumentos financeiros

A política contábil do Banco em relação à avaliação de instrumentos financeiros encontra-se descrita na nota explicativa nº 2.3 (c). Os valores justos de instrumentos financeiros contabilizados e não cotados em mercados ativos são determinados através de técnicas de avaliação. Preferencialmente, os modelos utilizam apenas dados de valores cotados no mercado. São utilizadas estimativas pela Administração quando não for possível obter dados observáveis. A nota explicativa nº 06 apresenta a avaliação do valor justo de instrumentos financeiros com mais detalhes.

c) Ativo e passivo fiscal diferido

A política contábil do Banco para o reconhecimento do ativo fiscal diferido e do passivo fiscal diferido está descrita na nota explicativa nº 2.3 (k). Um ativo fiscal diferido é reconhecido quando for provável auferir lucros tributários futuros para compensação com as diferenças temporárias dedutíveis. O reconhecimento de um ativo fiscal diferido depende de julgamentos da Administração em relação à probabilidade e à suficiência de lucros tributáveis futuros e reversões futuras de diferenças temporárias tributáveis.

O montante do ativo fiscal diferido reconhecido é baseado nas evidências disponíveis sobre as condições na data do balanço e exige que a Administração realize julgamentos significativos, principalmente aqueles com base nas



estimativas da Administração para o crescimento dos negócios e perdas de crédito. O julgamento da Administração leva em conta o impacto de evidências negativas e positivas, incluindo os resultados financeiros passados e projeções de lucro tributável futuro.

Os passivos fiscais diferidos são compostos por obrigações fiscais, reconhecidos no momento de sua ocorrência, sobre superveniência de depreciação e juros ativos de depósito judicial.

A nota explicativa nº 15 apresenta informações mais detalhadas sobre os impostos diferidos.

d) Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A política contábil do Banco para reconhecimento das provisões para ações judiciais está descrita na nota explicativa nº 2.3 (1).

2.3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Banco atua, a moeda funcional reais – R\$, que é também a moeda de apresentação do Grupo GMAC.

Transações e saldos em moeda estrangeira - As transações originalmente denominadas ou a serem liquidadas em moeda estrangeira são convertidas na moeda funcional usando as taxas de câmbio da data da transação ou da data da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira pela taxa de câmbio na data do balanço são reconhecidos no resultado.

Receita e despesa líquida de juros e similares

São reconhecidas na demonstração consolidada do resultado as receitas e despesas de juros e similares sobre ativos e passivos financeiros utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar receitas ou despesas de juros no respectivo período.

A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros estimados ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, o Grupo GMAC estima os fluxos de caixa, considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuro. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

Quando as receitas e despesas de taxas e comissões não fazem parte dos juros efetivos e são decorrentes da negociação ou participação na negociação de uma transação com terceiros, são reconhecidos de acordo com a competência à medida que os serviços são prestados.

b) Instrumentos financeiros



(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como: (i) Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento, (ii) Instrumentos financeiros disponíveis para venda, (iii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ou (mantidos para negociação ou voluntariamente designados pela administração), (iv) Empréstimos e recebíveis. O Banco determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Investimentos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros mantidos até o vencimento são investimentos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento estabelecido que o Banco tenha intenção e capacidade financeira para manter até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros. Os rendimentos auferidos a partir desta categoria de ativos são incluídos em "Receita de juros e similares" na conta de resultado.

Investimentos financeiros disponíveis para venda

São ativos financeiros inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação quando relevantes. Na data do balanço os juros auferidos são reconhecidos no resultado pela taxa efetiva de juros e as variações no valor justo são registradas e destacadas em uma linha separada no patrimônio líquido "Ajustes de avaliação patrimonial". Quando da alienação, os resultados não realizados são transferidos do patrimônio líquido para conta de resultado "Resultado de instrumentos financeiros disponíveis para venda". Não há ativos financeiros classificados como investimentos financeiros disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado

A- Ativos financeiros mantidos para negociação

Os ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando são adquiridos ou incorridos com o objetivo de negociação no curto prazo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mantidos para negociação são apresentados na demonstração consolidada do resultado na conta "Resultado líquido com instrumentos financeiros mantidos para negociação" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação, sendo classificadas na demonstração consolidado do resultado na linha "Resultado líquido com ativos financeiros para negociação".

B- Ativos e passivos designados a valor justo por meio do resultado

O Banco pode designar seus instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado. Esse princípio tem como principal objetivo aplicar uma política contábil que torne as demonstrações financeiras mais relevantes e não menos confiáveis, podendo ser aplicado:



- i. Quando essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento (algumas vezes referida como um “descasamento contábil”) que, de outro modo surgiria; ou
- ii. Quando um grupo de ativos ou passivos financeiros for gerenciado e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento.

O Grupo GMAC não designou voluntariamente nenhum ativo ou passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado em seu reconhecimento inicial nos períodos apresentados.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo, não são classificados como disponíveis para venda e o Banco não pretende vender no curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente ao valor justo, que geralmente é refletido na quantia líquida paga no início da transação, incluindo os custos diretamente atribuíveis e certos tipos de taxas ou comissões que são vistos como um ajuste na taxa efetiva de juros sobre o empréstimo. Os empréstimos concedidos e contas a receber, após o reconhecimento original, são mensurados ao custo amortizado. Rendas obtidas com o empréstimo e os juros representam os custos de transação, as taxas e comissões são incluídas no valor inicial do empréstimo, sendo calculados pela taxa efetiva de juros e levado para resultado durante o prazo estimado do empréstimo.

(i) Passivos financeiros ao custo amortizado

Depósitos de instituições financeiras e de clientes são mensurados pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de juros, a qual desconta os pagamentos futuros estimados ao longo da existência do instrumento. O cálculo da taxa efetiva inclui todas as despesas e receitas incrementais associadas ao instrumento financeiro. As despesas de juros correspondentes destes instrumentos financeiros são incluídas na demonstração consolidada do resultado na conta de “Despesas de juros e similares”.

(ii) Compensação de instrumentos financeiros

Quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e uma intenção de realizá-los numa base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente os ativos e passivos financeiros são compensados e é apresentado no balanço patrimonial o valor líquido. Não há compensação de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

c) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Banco avalia periodicamente a existência de evidências objetivas de que um ativo financeiro ou uma carteira de ativos financeiros sofreu redução em seu valor recuperável. As reduções somente podem ser consideradas incorridas caso existam evidências objetivas de redução no valor recuperável como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo e antes da data do balanço patrimonial, e que possam ser estimados de forma confiável os impactos nos fluxos de caixa futuros desse evento (ou eventos).

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM IFRS / BANCO GMAC S.A.**

As evidências objetivas de que um ativo financeiro sofreu reduções em seu valor recuperável incluem dados observáveis que podem ser percebidos pelo Banco nos seguintes eventos de perda:

- Descumprimento das relações contratuais, gerando quebra de contrato;
- Início do processo de falência;
- Problemas financeiros significantes do emissor ou credor;
- Desaparecimento de mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados de uma carteira de ativos financeiros desde seu reconhecimento inicial, mesmo que essa redução ainda não possa ser identificada em relação aos ativos financeiros individuais da carteira, incluindo:
 - i. Alterações negativas na condição de pagamento dos devedores na carteira; e
 - ii. Condições econômicas, locais ou nacionais, relacionadas a inadimplimentos sobre os ativos da carteira.

O Banco avalia se há evidência objetiva de redução no valor recuperável para ativos financeiros que sejam individualmente significativos ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos.

O valor da perda por redução no valor recuperável é a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, sendo descontado à taxa de juros efetiva original do ativo para os empréstimos e recebíveis, que levam em consideração (dentre outros) os percentuais de perda histórica. Reconhece-se uma provisão para o montante da perda incluindo-a na demonstração consolidada do resultado.

Os ativos financeiros cuja redução no valor recuperável não tenha sido determinada individualmente são agrupados para determinação dessa redução em conjunto. A avaliação conjunta inclui uma avaliação das perdas históricas.

O Banco mantém uma provisão para perdas com redução ao valor recuperável (provisão) para absorver as prováveis perdas de empréstimos e recebíveis. A provisão é mantida a um nível em que a Administração considera adequada com base em avaliações trimestrais, avaliações de exigibilidade e experiência histórica de perdas da carteira.

A perda no valor recuperável reconhecida será revertida através do ajuste na provisão se o montante da perda no valor recuperável diminuir em um período posterior e essa redução puder estar relacionada de maneira objetiva a um evento ocorrido após o reconhecimento da redução no valor recuperável. O montante da reversão é reconhecido na demonstração consolidada do resultado.

As operações de varejo consistem em empréstimos com características homogêneas e saldos individuais não significativos. Excluindo certas operações que são identificadas como individualmente *impaired*, as quais já tiveram o seu valor “deteriorado” pela avaliação deste junto ao mercado, a provisão para a carteira de varejo é avaliada coletivamente. A provisão é baseada em avaliações da carteira que começam com estimativas de perdas incorridas com base em várias análises estatísticas. O Banco alavanca modelos estatísticos, incluindo análises históricas e de migração, com base em tendências de perdas recentes, para assim desenvolver uma reserva de perda incorrida sistematicamente. Estes modelos de previsão de perda estatística são utilizados para estimar perdas e considerar vários indicadores de crédito de qualidade, incluindo, mas não se limitando à perda do histórico de experiência, bloqueios estimados ou padrões baseados em tendências observáveis, inadimplência, e as tendências gerais econômicas e de negócios. A Administração acredita que estes fatores são relevantes para estimar as perdas sofridas e são atualizados em uma base trimestral, a fim de incorporar as informações que refletem o atual ambiente



econômico, como as alterações dos pressupostos que poderiam ter um impacto significativo. A fim de desenvolver a melhor estimativa de perdas prováveis inerentes à carteira de crédito, a Administração revisa e analisa a saída dos modelos e pode ajustar as reservas levando em consideração os fatores qualitativos e outros que não podem ser capturados nos modelos. A Administração revisa, atualiza e valida seu processo sistemático e pressupostos de perda em uma base periódica. Este processo envolve a análise das informações de perda, uma revisão das tendências de perda e de crédito, uma avaliação retrospectiva de informações de perda real para as previsões de perdas, e outras análises.

As operações de atacado são compostas por empréstimos com características heterogêneas e saldos individuais significativos. Estes empréstimos são avaliados individualmente e o risco é mensurado com base no devedor e em informações específicas da indústria, que a Administração acredita ser relevante para determinar a ocorrência de um evento de perda e mensurar a provisão. Um empréstimo é considerado *impaired* quando é provável que não seja capaz de liquidar todas as quantias devidas de acordo com os termos contratuais, com base em informações e eventos atuais. A Administração estabelece provisões específicas para operações de atacado determinadas a ser *impaired* individualmente com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, descontada a taxa dos empréstimos de juros efetiva. Além das provisões específicas para empréstimos *impaired*, os empréstimos que não são identificados individualmente como *impaired* são agrupados com base nas características semelhantes do risco e avaliações coletivas. Estas provisões são baseadas na experiência histórica de perdas, concentrações, condições econômicas atuais e as tendências de desempenho dentro de localizações geográficas específicas.

A experiência histórica de perdas da carteira de atacado é atualizada trimestralmente para incorporar os mais recentes dados que reflitam o ambiente econômico atual.

Um empréstimo, quando irrecuperável, será baixado contra a provisão para redução em seu valor recuperável. Esses empréstimos são baixados após a determinação do montante da perda, a conclusão de todos os procedimentos necessários e após 360 dias em atraso.

O Banco não considera garantias no desenvolvimento da metodologia de cálculo da redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis do segmento varejo.

Para auxiliar na tomada de decisão o Banco adota medidas de risco de crédito a fim de modelar as características de cada cliente e dar algum indício da qualidade de crédito do mesmo. Como premissas para o cálculo de provisão, o banco define para um cliente especial ou para um grupo de clientes a Probabilidade de Inadimplência (*Probability of Default, PD*) que indica a chance de um determinado tomador ficar inadimplente em um determinado intervalo de tempo. Outra medida importante que também é adotada no momento da concessão do crédito e periodicamente após a concessão: A Perda Efetiva Quando da Inadimplência (*Loss Given Default, LGD*), indica o quanto do valor exposto de fato pode ser perdido em caso de concessão efetiva de crédito e eventual entrada em inadimplência.

d) Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais do recebimento dos fluxos de caixa provenientes desses ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios, o Grupo GMAC avalia o controle do instrumento, a fim de assegurar seu envolvimento contínuo ou ativo.

Títulos vinculados a recompra e cessões de crédito com coobrigação não são reconhecidos como baixa ou venda final porque o Grupo GMAC retém substancialmente todos os riscos e benefícios na extensão em que existe, respectivamente, um compromisso de recomprá-los a um valor predeterminado ou de realizar pagamentos até uma determinada faixa no caso de inadimplência do devedor original.



A baixa de passivos financeiros é feita quando há a extinção deles, quando é realizado o pagamento, seu cancelamento ou há a sua expiração.

e) Reclassificação de ativos financeiros

As reclassificações de ativos financeiros classificados como “mantidos para negociação” são permitidas em circunstâncias específicas. Os ativos financeiros classificados como mantidos para negociação podem ser reclassificados para outra categoria se no curto prazo não houver a expectativa de negociar tais ativos. Deverão ser reclassificados os ativos financeiros mantidos até o vencimento quando não houver a intenção ou a capacidade financeira de mantê-lo até o vencimento. Os empréstimos e recebíveis são reclassificados quando houver intenção de negociação por parte da Administração e o aparecimento de um mercado frequentemente negociado. Para se reclassificar um instrumento financeiro mensurado a valor justo através do resultado, os ganhos e perdas já reconhecidos no resultado não serão revertidos e o valor justo do instrumento financeiro na data de sua reclassificação deverão se tornar o seu novo custo.

Não há reclassificações nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

f) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são constituídos substancialmente por gastos com a aquisição ou desenvolvimento de softwares, e suas amortizações são efetuadas pelo prazo de vida útil estimado.

Desenvolvimento de software

Os custos relativos ao desenvolvimento ou à manutenção de programas de *software* de informática são reconhecidos como despesa quando incorridos. Os custos diretamente associados à produção de aplicativos de *software* exclusivos e identificáveis, controlados pelo Grupo GMAC e que provavelmente irão gerar benefícios econômicos superiores aos custos após um ano são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;
- O *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados na preparação do *software* para uso.

Os ativos intangíveis com vida útil finita (definida) têm seus valores amortizados durante sua vida útil estimada.

Os ativos intangíveis com vida útil não definida não são amortizados, sendo apenas avaliados por *impairment*.

Durante o exercício de 2015 o saldo do intangível com vida útil finita no total de R\$ 2 foi totalmente amortizado e não houve novos intangíveis registrados em 2016.

g) Ativo imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são demonstrados ao custo, subtraindo-se a depreciação acumulada e eventuais perdas no valor recuperável. A depreciação é efetuada de modo a reconhecer o custo, menos o valor residual



estimado de cada ativo. Ela é calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais que refletem a vida útil desses ativos:

- Veículos - 20%
- Móveis e equipamentos de uso - 10%
- Sistema de comunicação - 10%
- Sistema de processamento de dados (equipamento) - 10%

Os custos subsequentes são adicionados ao valor contábil do ativo ou reconhecidos como outro ativo, dependendo do caso, somente quando houver probabilidade de que serão gerados benefícios econômicos futuros associados ao ativo. São reconhecidos no resultado do período em que são incorridas todas as despesas relativas à manutenção e reparo.

Ao final de cada exercício, os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, caso seja apropriado.

Redução no valor recuperável de ativos intangíveis e ativo imobilizado

Na data-base de divulgação das Demonstrações financeiras, o Banco tem como prática a revisão quanto a eventos ou circunstâncias que indicam que o valor contábil de um ativo não financeiro pode ser irrecuperável. Essa revisão ocorre ao menos anualmente, mas caso ocorram eventos ou mudanças que indiquem uma possível perda de valor recuperável, este teste pode ser efetuado com maior frequência. Na existência de alguma indicação de perda, deve ser calculado o valor recuperável deste ativo. Ativos intangíveis de vida útil indefinida, que não sofrem amortização, devem ser testados no mínimo anualmente para *impairment*.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros deve ser reconhecida como perda quando o valor contábil do ativo for maior do que o valor recuperável. As perdas por *impairment* deverão ser registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Na avaliação da Administração, não há indícios de perda por *impairment* de ativos não financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

h) Arrendamentos financeiros e operacionais - Arrendador

Os arrendamentos operacionais representam as operações de arrendamento que não são classificadas como arrendamentos financeiros. Quando o Banco arrenda equipamentos e há uma transferência de todos os riscos e benefícios de sua titularidade ao arrendatário, a operação será contabilizada como arrendamento financeiro.

É incluído na conta empréstimos e recebíveis, o investimento líquido em arrendamentos financeiros. As contas a receber de arrendatários referentes a contratos de arrendamento financeiro são registradas inicialmente com base no valor justo do bem arrendado. O rendimento do arrendamento financeiro é reconhecido nos períodos contábeis, a

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM IFRS / BANCO GMAC S.A.**

fim de refletir a taxa de retorno efetiva no investimento líquido do Grupo em aberto em relação aos arrendamentos. Os pagamentos a receber são apresentados na rubrica Receita de juros e similares na demonstração consolidada do resultado. Os custos diretos de arrendamentos são incorporados ao valor do reconhecimento inicial do ativo.

Os ativos mantidos para fins de arrendamento a terceiros sob a forma de arrendamentos operacionais são apresentados na rubrica Ativo Imobilizado e depreciados linearmente ao longo de sua vida útil estimada. Os pagamentos a receber são contabilizados linearmente ao longo do prazo do contrato de arrendamento e apresentados na rubrica Outras receitas operacionais na demonstração consolidada do resultado. Não há ativos de arrendamentos operacionais a terceiros em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

i) Valores residuais

O risco de valor residual ocorre devido à incerteza do valor de um ativo ao fim do prazo do contrato. Ao longo da vida do ativo, seu valor residual irá variar devido a incertezas do mercado futuro, a mudanças tecnológicas ou inovações em produtos e a condições econômicas em geral.

Os valores residuais são definidos no início do contrato de arrendamento com base nas expectativas da Administração de valores futuros. Durante o prazo do arrendamento, os valores residuais são revisados anualmente, de modo a identificar qualquer possível redução no valor recuperável. Qualquer redução no valor residual que resulte em uma redução no valor recuperável de um ativo é reconhecida imediatamente.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A provisão para imposto de renda - IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 mil no ano. A provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 20% (após o aumento de 5% mencionado abaixo) sobre o lucro real para o Banco, para as demais empresas não financeiras a CSLL é constituída a alíquota de 9%. É também constituída provisão para imposto de renda diferido sobre a superveniência de depreciação, as receitas de atualização dos depósitos judiciais, e créditos tributários de IRPJ e a CSLL diferidos sobre diferenças fiscais temporárias e prejuízos fiscais, com base nas alíquotas vigentes.

Foi publicada a Lei 13.169/2015 (conversão da MP 675/15), a qual, impôs aumento de 5% na alíquota da contribuição social sobre o lucro para o período compreendido entre setembro de 2015 a dezembro de 2018 aplicável às instituições financeiras.

Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A referida MP 627/13 dispõe, entre outros assuntos, sobre a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Essa Medida Provisória foi convertida na Lei 12.973, de 13 de maio de 2014.

São reconhecidas as despesas de IRPJ e CSLL na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação registrada diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil nas demonstrações financeiras e apresentados pelo seu valor líquido.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM IFRS / BANCO GMAC S.A.**

Os impostos correntes e diferidos (ativos e passivos) são reconhecidos como benefício ou despesa de imposto de renda na demonstração consolidada do resultado. Os créditos tributários de IRPJ e CSLL, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de CSLL e adições temporárias e a provisão para as obrigações fiscais diferidas são registrados na rubrica Ativo fiscal diferido e apresentados pelo seu valor líquido.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando for provável haver necessidade de recursos econômicos para liquidar uma obrigação legal atual ou construtiva, como resultado de eventos passados, e o valor da obrigação puder ser estimado de maneira confiável.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados conforme a seguir:

- ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos e pela administração são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação;
- obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas Demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal;
- os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das respectivas provisões.

k) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras e operações compromissadas com prazo de vencimento de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor justo. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

l) Patrimônio líquido



O Patrimônio Líquido é composto por Capital Social, Reservas de capital, Reservas de lucros e Participações de acionistas não controladores. O Capital Social e as reservas estão detalhados na nota explicativa nº 18. O Capital Social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os dividendos sobre ações são reconhecidos no momento em que são aprovados pela Assembleia Geral.

2.3.1. Novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos existentes aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

A partir do exercício de 2016, novas interpretações e alterações nas normas existentes de aplicação obrigatória foram consideradas devido às melhorias anuais decorrente dos Ciclos de IFRS 2010-2012, 2011-2013 e

- Mudanças às normas IFRS 2 – Definições de condições de vesting, mercado e performance, IFRS 3 – Descreve mudanças na medição de considerações contingentes, IFRS 8 – Requer divulgações do julgamento da administração na aplicação do conceito de agregação, IFRS 13 – mensuração de valores a receber e a pagar de curto prazo, IAS 16 e IAS 38 – reavaliação de ativos e IAS 24 – Divulgação de entidades prestando serviços de gerenciamento.
- As alterações do IFRS 5 introduzem orientações específicas no mesmo com relação a quando uma entidade reclassifica um ativo (ou grupo de alienação) de “mantido para venda” para “mantido para distribuição para titulares” (ou vice-versa). As alterações esclarecem que essa mudança deve ser considerada como uma continuidade do plano original de alienação e, portanto, as exigências previstas no IFRS 5 com relação à alteração do plano de venda não são aplicáveis. As alterações esclarecem ainda a orientação com relação à descontinuidade da contabilização "mantido para distribuição".
- As alterações do IFRS 7 fornecem orientações adicionais para esclarecer se um contrato de serviços constituiu envolvimento contínuo em um ativo transferido para fins das divulgações necessárias com relação a ativos transferidos.
- Em 2015, o IFRS 11 o qual fornece instruções de como contabilizar a aquisição de um negócio em conjunto sofreu algumas alterações que estabelecem que os princípios relevantes na contabilização de uma combinação de negócios sob o IFRS 3 e outras normas (como o IAS 12 e IAS 36 Redução ao Valor Recuperável de Ativos no que se refere ao teste de recuperabilidade de uma unidade geradora de caixa para a qual o goodwill originado na aquisição de um negócio em conjunto foi alocado) devem ser aplicados. Os mesmos requerimentos devem ser aplicados na formação de um negócio em conjunto se, e apenas se um negócio previamente existente é beneficiado pela combinação de negócios em uma das partes que participa da combinação de negócios. Um negócio em conjunto também requer que sejam divulgadas as informações relevantes requeridas pelo IFRS 3 e outras formas de combinação de negócios.
- As alterações do IAS 16 proíbem as empresas a usarem o método de depreciação baseada na receita para itens do imobilizado. As alterações do IAS 38 introduzem a premissa refutável de que a receita não é uma base apropriada para determinar a amortização de um ativo intangível. Essa premissa pode ser refutada apenas nas duas condições abaixo:
 - a) quando o ativo intangível for expressamente mensurado pela receita; ou
 - b) quando for possível demonstrar que a receita e os benefícios econômicos do ativo intangível são altamente correlacionados.
- Em 2015, o IFRS 10 e, conseqüentemente, o IAS 28 tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Especificamente, ganhos e perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou joint venture que seja contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do “investidor



empresa não-relacionada” nessa coligada ou joint venture. Da mesma forma, ganhos e perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em qualquer antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou joint venture contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora apenas na medida das participações dos investidores não relacionados na nova coligada ou joint venture proporcionalmente às participações dos “investidor empresa não-relacionada” na nova coligada ou joint venture. A data efetiva das alterações ainda será definida pelo IASB;

- Ainda relacionado a alterações envolvendo o IFRS 10 e, conseqüentemente, o IAS 28 o mesmo esclarece que a isenção de preparar demonstrações financeiras consolidadas é aplicável para uma entidade controladora que seja a controlada de uma entidade de investimento, mesmo que a entidade de investimento avalie todas as suas controladas ao valor justo de acordo com o IFRS 10. As alterações esclarecem ainda que a exigência para que uma entidade de investimento consolide uma controlada que preste serviços relacionados às atividades de investimento da primeira seja aplicável apenas a controladas que não sejam entidades de investimento.

2.3.2. Pronunciamentos contábeis emitidos e aplicáveis em exercícios futuros:

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, e entrarão em vigor em períodos posteriores a 31 de dezembro de 2016:

- Em julho de 2014, o IFRS 9 foi emitido em 2009 introduzindo novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. O IFRS 9 foi alterado em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração e desconhecimento de passivos financeiros, e em novembro de 2013 para incluir novos requerimentos para contabilidade de Hedge. Outra revisão do IFRS 9 foi emitida em julho de 2014 e incluiu, principalmente a) requerimentos de impairment para ativos financeiros e b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a “valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes” (FVTOCI) para alguns instrumentos de dívida simples. Em relação ao impairment de ativos financeiros, o IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

A respectiva alteração deve ser aplicada prospectivamente para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

- Em maio de 2014, o IFRS 15 foi emitido e estabeleceu um modelo simples e claro para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. O IFRS 15 substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente no IAS 18 / CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11 / CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva.

Os princípios fundamentais do IFRS 15 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.

Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.

Passo 3: Determinar o preço da transação.

Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.

Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.



A respectiva alteração deve ser aplicada prospectivamente para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

- Em 2016, o IAS 12 foi alterado para esclarecer os seguintes aspectos: Reduções abaixo do custo no valor contábil de um instrumento da dívida de taxa fixa mensurado ao valor justo para qual a base fiscal permanece como sendo ao custo resultam de uma diferença temporária dedutível. Para efeito de compensação de prejuízo, a avaliação de uma diferença temporária dedutível em conjunto com outras diferenças temporárias dedutíveis daquele tipo, mas separadamente de outros tipos de diferença temporárias dedutíveis. Inclusão de lucro tributável futuro provável pode incluir a recuperação de alguns dos ativos acima do valor contábil se houver evidência suficiente de que a entidade será capaz de recuperar esses ativos. Ao avaliar se há lucros tributáveis futuros suficientes disponíveis, a entidade deve comparar as diferenças temporárias dedutíveis com os lucros tributáveis futuros, excluindo as deduções de impostos resultantes da reversão dessas diferenças temporárias dedutíveis.

As perdas não realizadas sobre instrumentos de dívida mensurados ao valor justo e mensurados ao custo para efeitos fiscais dão origem a uma diferença temporária dedutível independentemente se o titular dos instrumentos de dívida espera recuperar o valor contábil desse instrumento pela venda ou utilização. O valor contábil de um ativo não limita a estimativa de lucros tributáveis futuros prováveis. As estimativas para os lucros tributáveis futuros excluem deduções fiscais resultantes da reversão de diferenças temporárias dedutíveis. Uma entidade avalia um imposto diferido ativo em conjunto com outros impostos diferidos ativos. Sempre que a legislação fiscal restringir a utilização de prejuízos fiscais, a entidade deve avaliar um ativo fiscal diferido em conjunto com outros ativos fiscais diferidos do mesmo tipo.

A respectiva alteração deve ser aplicada prospectivamente para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

- O IFRS 16 especifica como um emissor em IFRS vai reconhecer, mensurar, apresentar e divulgar arrendamentos. A norma fornece um único modelo de contabilização de arrendamento, exigindo que os arrendatários reconheçam ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja de 12 meses ou menos ou ativo arrendado tenha um valor baixo. Os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos entre operacional ou financeiro, com a abordagem de contabilidade do IFRS 16 pelo arrendador sem maiores alterações do que era requerido pelo IAS 17.

A respectiva alteração deve ser aplicada prospectivamente para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração do Grupo GMAC atualmente encontra-se em processo de avaliação do impacto da adoção das normas e interpretações anteriormente mencionadas sobre as suas demonstrações financeiras.

2.4.Reconciliação dos ajustes entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BRGAAP) e o IFRS.

Reconciliação dos ajustes no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 e 2015.



	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Patrimônio líquido de acordo com as Práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN:	1.815.851	1.705.459
Provisão para perda no valor recuperável de ativos financeiros (A)	63.410	11.538
Método de taxa de juros efetiva em empréstimos e adiantamentos a clientes (B)	(66.322)	(84.716)
Cessão de crédito com coobrigação (C)	-	(586)
Diferimento Comissões de Correspondente País (D)	221.742	230.790
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre os Ajustes em IFRS (E)	(87.797)	(60.589)
Patrimônio líquido de acordo com o IFRS:	<u>1.946.884</u>	<u>1.801.896</u>
Reconciliação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 e 2015:		
Lucro líquido do Exercício de acordo com as Práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN:	212.391	252.607
Provisão para perda no valor recuperável de ativos financeiros (A)	51.872	(39.877)
Método de taxa de juros efetiva em empréstimos e adiantamentos a clientes (B)	18.394	6.672
Cessão de crédito com coobrigação (C)	586	12.940
Diferimento Comissões de Correspondente País (D)	(9.048)	(24.146)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre os Ajustes em IFRS (E)	(27.207)	19.986
Lucro líquido do Exercício de acordo com o IFRS:	<u>246.988</u>	<u>228.182</u>



A - Provisão para perda no valor recuperável de ativos financeiros

Para fins do IFRS, em cada data do balanço patrimonial o Banco considera se existe a evidência objetiva de que um ativo financeiro individual ou de que uma carteira de ativos financeiros está com indicação de redução no valor recuperável. Quando há evidência de que um evento de desvalorização ocorreu após a data do reconhecimento inicial do ativo, mas antes da data do balanço patrimonial, e for determinado que os eventos de desvalorização terão um impacto nas estimativas de futuros fluxos de caixa do ativo financeiro individual ou de uma carteira de ativos financeiros, a redução ao valor recuperável é reconhecida baseado no valor contábil atual do instrumento financeiro na data do balanço patrimonial, comparado com o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, considerando a taxa de juros efetiva do instrumento quando da mensuração individual. Quando referente a mensuração das provisões para perda daquelas operações cuja análise se dá de forma coletiva, é avaliada a probabilidade de default (PD) de um grupo semelhante de operações, considerando-se a faixa que tais operações se encontram, para definir qual o potencial de perdas (LGD). Vide maiores detalhes na Nota Explicativa 2.3 (d).

Para o BR GAAP, práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução nº2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional – CMN, considerando-se a classificação das operações em níveis de risco que estão diretamente relacionados ao percentual mínimo da provisão a ser constituída, acrescida da provisão adicional pelo julgamento da administração.

As diferenças entre o cálculo de redução ao valor recuperável segundo o IAS 39 e aquela que o Banco considera para fins do BR GAAP, bem como o efeito de provisão sobre o retorno da carteira de contratos cedidos, vide nota explicativa 2.4 (c), resultaram neste ajuste.



B - Método de taxa de juros efetiva em empréstimos e recebíveis

Em consonância com o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, as tarifas bancárias, tarifas de abertura de crédito e outras taxas inerentes que integram a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros calculados ao custo amortizado são reconhecidas no resultado durante o período de validade dos respectivos contratos.

Segundo as Políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, essas taxas e despesas são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas.

C - Cessão de crédito com coobrigação

O Banco realiza cessões de crédito com coobrigação com outras instituições financeiras, ou seja, os contratos vendidos servem como garantia de uma linha de crédito disponibilizada pelas instituições financeiras destinadas a financiar as atividades. Os contratos objeto de cessão referem-se a financiamentos de veículos cujos vencimentos ocorrerão até 2020.

A partir de 1º de janeiro de 2012 passou a vigorar a Resolução nº 3.533/08 do Conselho Monetário Nacional, que estabeleceu novos critérios contábeis para a baixa de ativos cedidos onde há retenção substancial de riscos, como no caso das cessões de crédito com coobrigação e cessões para fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs) com aquisição de cotas subordinadas.

Anteriormente à Resolução 3.533, de acordo com o BR GAAP nas cessões realizadas pelo Banco com coobrigação, os contratos cedidos eram baixados da carteira ativa e o resultado apurado com a venda dos contratos era reconhecido na data da realização da cessão. Assim para fins de IFRS (IAS 39), em relação às cessões de crédito realizadas antes da Resolução 3.533, foi recomposto e registrado o ativo transferido com retenção de riscos e benefícios e registrado o passivo referente à captação de recursos pela operação de cessão de créditos. A receita (despesa) apurada na época da cessão de crédito passa a ser reconhecida no resultado durante o período de vigência dos respectivos contratos.

Em IFRS os saldos de despesas antecipadas e receitas diferidas relacionadas às cessões de crédito realizadas antes da Resolução 3.533 foram recompostos e registrados no ativo e passivo, respectivamente, que integram os custos e receitas de transação. Adicionalmente os saldos foram reclassificados para a rubrica de Empréstimos e recebíveis.

D - Diferimento Comissões de Correspondente País

Referem-se às despesas de comissões de vendas de cotas de consórcio e receitas de comissões de corretagem de seguros. Segundo o IFRS, as despesas e receitas são diferidas pelo período de duração dos contratos de consórcio e apólices dos seguros.

Segundo as Políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, as comissões de vendas de cotas de consórcio são reconhecidas como despesas diretamente no resultado quando pagas e as comissões de corretagem de seguros são reconhecidas como receitas diretamente no resultado quando recebidas.



E - Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre os ajustes em IFRS

Para todas as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de ágio, reconhecimento inicial de um passivo ou ativo em uma transação que não se qualifica como uma combinação de negócios e que na data da transação não afeta o lucro contábil e nem o lucro (ou perda) fiscal para fins fiscais, é requerida pelo IAS 12 a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos. Os ajustes de Contribuição Social e de Imposto de Renda diferidos foram calculados sobre os ajustes de IFRS, quando aplicáveis, pela alíquota vigente de 45% (25% - IRPJ e 20% CSLL) conforme nota explicativa 2.3 (k).

3. Resultado líquido de juros e similares

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita de juros		
Operações compromissadas	76.262	52.454
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2.114.942	2.319.169
Rendas com taxa de administração	262.992	267.147
Rendas com corretagem de seguro	29.155	35.958
Total de receita de juros	<u>2.483.351</u>	<u>2.674.728</u>
Despesa de captação	(988.982)	(1.284.754)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(15.803)	(17.153)
Despesas de serviços de terceiros	(132.648)	(177.814)
Despesas de letras financeiras	(337.856)	(218.826)
Total de despesas de juros	<u>(1.475.289)</u>	<u>(1.698.547)</u>
Resultado líquido de juros e similares	<u>1.008.062</u>	<u>976.181</u>

4. Resultado Líquido com Ativos para Negociação

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Títulos privados		
Cotas de Fundos de Investimentos	12.146	14.745
	<u>12.146</u>	<u>14.745</u>

5. Outras receitas, despesas operacionais, despesas de pessoal e despesas de serviços de terceiros

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Outras receitas operacionais		
Atualizações de depósitos judiciais	76.168	65.430
Reversão de provisão para contingências Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	19.365	3.651
Receita Recuperação de Serviços	14.204	1.399
Outras receitas	10.971	29.769
Reversão de provisões operacionais	10.864	15.973
Receita em alienação de bens	4.951	4.723
Rendas com variação cambial - empréstimos em moeda estrangeira	3.993	9.362
Receitas com taxas de manutenção	3.478	3.119
Taxa de permanência	2.576	2.162
	<u>146.570</u>	<u>135.588</u>



	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Outras despesas operacionais		
Despesas tributárias	(83.193)	(95.563)
Despesas com contingências Fiscais, Cíveis e Tributárias	(100.163)	(84.926)
Despesas com processamento de dados	(34.813)	(32.691)
Despesas administrativas	(33.469)	(44.953)
Despesas judiciais	(24.214)	(19.060)
Outras despesas	(21.625)	(26.355)
Despesas de comunicação	(14.111)	(16.041)
Despesas de promoções e relações públicas	(13.951)	(21.884)
Despesas com variações monetárias	(8.812)	(1.769)
Despesas de aluguel	(4.439)	(4.176)
Despesas de transporte	(2.822)	(2.009)
Despesas com alienação de bens	(2.597)	(3.067)
Despesas com contribuições com fundo garantidor de crédito	(2.061)	(4.154)
Despesas com materiais	(396)	(386)
	<u>(346.666)</u>	<u>(357.034)</u>
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas de pessoal		
Proventos	(76.613)	(76.108)
Encargos sociais	(26.303)	(22.240)
Benefícios	(17.670)	(11.214)
Participações no Lucro	(20.307)	(1.097)
Outros	(624)	(669)
Total despesas de pessoal	<u>(141.517)</u>	<u>(111.328)</u>
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas de serviços de terceiros		
Despesa com concessionária	(96.261)	(93.860)
Despesa de serviço técnico especializado	(44.459)	(39.368)
Despesa de serviços com consultas cadastrais	(9.825)	(10.415)
Outras despesas	(7.863)	(6.429)
Despesa de alienação de veículos	(2.250)	(4.672)
	<u>(160.659)</u>	<u>(154.744)</u>

6. Valor justo de Instrumentos Financeiros

a) Determinação do valor justo e hierarquia do valor justo

O Banco utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;



Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização nos quais todos os *inputs* significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e

Nível 3: técnicas de valorização nas quais os *inputs* significativos não são baseados em dados observáveis do mercado para o ativo ou o passivo.

	31 de dezembro de 2016			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros mantidos para negociação				
<i>Títulos privados</i>				
Cotas de Fundos de Investimento	-	214.994	-	214.994
Total	-	214.994	-	214.994

	31 de dezembro de 2015			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros mantidos para negociação				
<i>Títulos privados</i>				
Cotas de Fundos de Investimento	-	25.159	-	25.159
Total	-	25.159	-	25.159

Não houve transferências de ativos ou passivos financeiros entre os níveis no exercício.

b) Ativos financeiros mantidos para negociação

Os ativos mantidos para negociação incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

As metodologias adotadas para definição do valor de mercado visam atualizar os ativos, integrantes da carteira, por uma estimativa mais próxima possível dos valores praticados no mercado financeiro. O preço de mercado é obtido através de desconto de fluxos de amortizações e pagamentos de juros futuros com taxas e cotações divulgadas pela ANBIMA, CETIP e BM&F Bovespa.

c) Valor justo dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:

Encontra-se a seguir uma comparação entre o valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros do Banco mensurados ao custo amortizado:

	Nível	2016		2015	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	1	626.915	626.915	668.316	668.316
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3	8.736.782	9.699.297	11.035.543	11.654.787
		9.363.697	10.326.212	11.703.859	12.323.103
Passivos financeiros					
Depósitos de instituições financeiras	3	5.047.015	6.971.484	6.828.740	7.115.266
Depósitos de clientes	2	750.723	750.723	1.319.133	1.319.133
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	3	2.486.723	2.372.396	2.588.680	2.854.576
		8.284.461	10.094.603	10.736.553	11.288.975

Os montantes de valor justo apresentados no quadro acima representam as melhores estimativas do Banco baseadas nas seguintes metodologias:

- Os empréstimos e recebíveis não cedidas tiveram seu valor presente recalculado pela taxa da última cessão ocorrida no exercício;
- Os passivos financeiros cujas respectivas taxas são pré-fixadas, foram recalculadas com base no CDI acumulado da data da operação até a data-base considerando o *spread* médio das operações iniciadas no último mês do exercício.

Em geral, o valor contábil de instrumentos financeiros de curto prazo não contabilizados a valor justo, incluindo valores a pagar e/ou a receber gerados no curso normal do negócio, se aproximam do valor justo, considerando o período relativamente curto entre sua originação e expectativa de realização.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Disponibilidades em moeda nacional	63.105	59.995
Disponibilidades em moeda estrangeira	15	23
Aplicações no mercado aberto (i)	563.795	608.298
Total	626.915	668.316



- (i) Referem-se a operações compromissadas pré-fixadas, representadas, por uma LFT de R\$ 519.995 e uma LTN de R\$ 43.800, ambas com liquidez diária.

8. Ativos Financeiros para Negociação

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Títulos privados	214.994	25.159
Cotas de Fundos de Investimentos (nível 2)	<u>214.994</u>	<u>25.159</u>

A variação de R\$ 189.835 no saldo dessa conta refere-se ao aumento do valor de caixa do FDIC aplicado em fundos de investimento no montante de R\$ 83.122 e a aplicação dos valores não procurados dos grupos encerrados do Consórcio que foram investidos em um Fundo de Investimento no valor de R\$ 106.713.

9. Empréstimos e Recebíveis

a) Composição da carteira

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>Operações de Varejo</u>		
CDC Veículos	7.373.331	9.295.748
Operação de Arrendamento Mercantil	<u>7.732</u>	<u>1.627</u>
Total de Operações de Varejo	<u>7.381.063</u>	<u>9.297.375</u>
<u>Operações de Atacado</u>		
Financiamentos de veículos	1.297.695	1.684.614
Financiamento de peças	<u>251.796</u>	<u>303.056</u>
Total de Operações de Atacado	<u>1.549.491</u>	<u>1.987.670</u>
Total de Empréstimos e Recebíveis	<u>8.930.554</u>	<u>11.285.045</u>
Provisão para perdas ao Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis	<u>(193.772)</u>	<u>(249.502)</u>
Total líquido de Empréstimos e Recebíveis (nota 21.2)	<u>8.736.782</u>	<u>11.035.543</u>

b) Composição da carteira por indexadores

	<u>2016</u>		<u>2015</u>	
	<u>Carteira</u>	<u>Distribuição</u>	<u>Carteira</u>	<u>Distribuição</u>
Pré-fixado	7.381.063	82,65%	9.297.375	82,39%
Pós-fixado	<u>1.549.491</u>	<u>17,35%</u>	<u>1.987.670</u>	<u>17,61%</u>
Total	<u>8.930.554</u>	<u>100,00%</u>	<u>11.285.045</u>	<u>100,00%</u>

c) Provisão para perdas com redução ao valor recuperável em empréstimos e recebíveis

A tabela abaixo apresenta a conciliação da provisão para perdas com redução ao valor recuperável em empréstimos e recebíveis.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo no início do exercício	(249.502)	(181.348)
(Constituições) / reversões de provisões	(177.283)	(264.731)
Baixas para prejuízo	233.013	196.577
Saldo no fim do exercício	(193.772)	(249.502)

d) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por prazo de vencimento:

	<u>2016</u>		<u>2015</u>	
	<u>Carteira</u>	<u>Distribuição</u>	<u>Carteira</u>	<u>Distribuição</u>
<u>Parcelas vencidas:</u>				
Até 60 dias	80.375	0,90%	78.996	0,70%
De 61 a 180 dias	35.722	0,40%	33.855	0,30%
De 181 a 360 dias	17.861	0,20%	11.285	0,10%
	<u>133.958</u>	<u>1,50%</u>	<u>124.136</u>	<u>1,10%</u>
<u>Parcelas a vencer:</u>				
Até 180 dias	3.804.416	42,60%	4.547.873	40,30%
De 181 a 360 dias	1.768.250	19,80%	2.144.158	19,00%
Acima de 360 dias	3.223.930	36,10%	4.468.878	39,60%
	<u>8.796.596</u>	<u>98,50%</u>	<u>11.160.909</u>	<u>98,90%</u>
Total	<u>8.930.554</u>	<u>100,00%</u>	<u>11.285.045</u>	<u>100,00%</u>

e) Recuperação de crédito

Durante o exercício, foram registradas receitas com créditos recuperados no montante de R\$ 60.662 (R\$ 55.141 em 31 de dezembro de 2015), registradas na rubrica "Receitas de Juros e Similares".

f) Renegociação de contratos

Em 31 de dezembro de 2016 existiam contratos renegociados no montante de R\$ 12.857 (R\$ 3.670 em 31 de dezembro de 2015).

10. Ativo Imobilizado

A tabela abaixo apresenta a composição da movimentação do ativo imobilizado:



	2016				
	Móveis e equipamentos de uso	Sistemas de comunicação	Sistema de processamento de dados	Veículos	Total
Custo					
Saldo no início do exercício	4.993	161	1.754	8.399	15.307
Aquisições	619	153	-	4.511	5.283
Transferência	1.733	-	(1.733)	-	-
Alienações	(276)	(3)	(7)	(2.524)	(2.810)
Custo no final do exercício	7.069	311	14	10.386	17.780
Depreciação Acumulada					
Saldo no início do exercício	(2.183)	(14)	(1.553)	(1.033)	(4.783)
Adições	(770)	(43)	(3)	(1.852)	(2.668)
Transferência	(1.546)	-	1.546	-	-
Alienações	275	1	2	687	965
Depreciação no final do exercício	(4.224)	(56)	(8)	(2.198)	(6.486)
Valor contábil					
Em 31 de dezembro de 2016	2.845	255	6	8.188	11.294
	2015				
	Móveis e equipamentos de uso	Sistemas de comunicação	Sistema de processamento de dados	Veículos	Total
Custo					
Saldo no início do exercício	3.361	67	2.336	7.653	13.417
Aquisições	2.033	125	-	5.370	7.528
Alienações	(401)	(31)	(582)	(4.624)	(5.638)
Custo no final do exercício	4.993	161	1.754	8.399	15.307
Depreciação Acumulada					
Saldo no início do exercício	(2.122)	(34)	(2.092)	(1.667)	(5.915)
Adições	(507)	(12)	(95)	(1.567)	(2.181)
Alienações	446	32	634	2.201	3.313
Depreciação no final do exercício	(2.183)	(14)	(1.553)	(1.033)	(4.783)
Valor contábil					
Em 31 de dezembro de 2015	2.810	147	201	7.366	10.524

**11. Outros ativos**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depósitos e bloqueios judiciais (nota 16)	919.876	858.269
Comissões de consórcio e seguros a amortizar	187.081	210.074
Valores a receber de Sociedades Ligadas (nota 19)	77.753	99.515
Impostos e contribuições a compensar	12.446	36.765
Outros	8.099	22.258
Despesas antecipadas	1.717	3.535
Adiantamentos para pagamentos	1.040	657
Total de outros ativos	<u>1.208.012</u>	<u>1.231.073</u>

12. Depósitos de instituições financeiras

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depósitos interfinanceiros (i)	2.011.047	3.117.113
Cessão de recebíveis	3.035.968	3.711.627
Total de depósito de instituições financeiras	<u>5.047.015</u>	<u>6.828.740</u>

(i) São representados por Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI com vencimentos até outubro de 2018, sujeitos a encargos financeiros pré-fixados entre 13,53% e 16,96% ao ano e captações pós fixadas entre 110,00% e 115,00% atreladas a variação acumulada do CDI.

13. Depósitos de clientes

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depósitos a prazo	750.723	1.319.133
Total de depósitos a clientes	<u>750.723</u>	<u>1.319.133</u>

São representados por Certificados de Depósitos Bancários – CDB com vencimentos até maio de 2020, sujeitos a encargos financeiros pré-fixados entre 11,07% e 15,74% ao ano e captações pós-fixadas entre 95,00% e 116,50% atreladas a um percentual de variação acumulada do CDI. Os Depósitos a Prazo com Garantia Especial – DPGE, foram liquidados em abril de 2016, pelo montante de R\$ 15.554.

14. Outros passivos financeiros ao custo amortizado

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Cotas Seniores – FIDC	404.584	404.752
Obrigações por emissão de letras financeiras (i)	2.082.139	2.183.928
Total de outros passivos financeiros ao custo amortizado	<u>2.486.723</u>	<u>2.588.680</u>

(ii) Letras Financeiras de Investimento – LFI, com vencimentos até 07 de novembro de 2019, sujeitos a remuneração pré-fixada entre 12,33% e 15,64% ao ano, e remuneração pós-fixada entre 109,50% e 116,00% da variação acumulada do CDI.



15. Imposto de renda

Os componentes da despesa de imposto de renda do exercício são:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Imposto corrente		
- Imposto de renda e contribuição social corrente	(61.841)	(46.967)
Imposto Diferido		
- Relacionada à constituição e realização de diferenças temporárias	(29.156)	38.655
Total	<u>(90.997)</u>	<u>(8.312)</u>

Conciliação da despesa total de impostos:

A conciliação entre a despesa de imposto e o lucro contábil apurado pela alíquota de imposto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é a seguinte:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro contábil antes dos impostos	337.985	236.494
Imposto de renda à alíquota nominal de 45% (IRPJ + CSLL)	(152.093)	(106.422)
Efeito da adoção de diferentes alíquotas de imposto	9.222	10.607
Expurgo diferença de regime de tributação (GMACI) (iii)	3.625	5.178
Ajuste da majoração de 5% da CSLL (i)	604	31.485
Juros sobre o capital	45.899	41.850
Outras adições/exclusões permanentes	109	(1.637)
Doação projeto cultural e artístico	1.676	1.565
Baixa no diferido (ii)	(135)	-
Despesa de imposto exercício anterior	-	8.966
Adicional do imposto de renda	96	96
Despesa de imposto de renda apresentada na demonstração consolidada do resultado	<u>(90.997)</u>	<u>(8.312)</u>
Alíquota efetiva de imposto de renda	26,92%	3,51%

- (i) Foi publicada a Lei 13.169/2015 (conversão da MP 675/15), a qual impôs aumento de 5% na alíquota da contribuição social sobre o lucro para o período compreendido entre setembro de 2015 a dezembro de 2018. O Grupo constitui crédito tributário à alíquota de 20% sobre as diferenças temporárias de CSLL realizáveis até dezembro de 2018, conforme estudo técnico de realização do crédito tributário.
- (ii) Baixa do crédito tributário sobre provisão para devedores duvidosos por falta de expectativa de realização.
- (iii) As empresas GMAC Administradora de Consórcios Ltda. e da GMAC PS são tributadas pelo regime de Lucro Real com alíquota de 34%, a GMACI Corretora de Seguros Ltda. é tributada pelo regime de Lucro Presumido com alíquota de 34%.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido:

	2016			2015		
	<u>BANCO</u>	<u>CNC</u>	<u>GMACP</u> <u>S</u>	<u>BANCO</u>	<u>CNC</u>	<u>GMACP</u> <u>S</u>
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL	175.639	61.998	-	199.985	67.300	-
Provisões riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	329.214	2.329	9	272.408	2.475	69
Provisão para devedores duvidosos	221.968	-	-	207.836	135	-
Provisão para imposto de renda diferido sobre superveniência	(3)	-	-	(8.420)	-	-
Provisão para impostos diferidos sobre atualizações de depósitos judiciais	(163.669)	(605)	(64)	(133.221)	(997)	(57)
Outras diferenças temporárias	23.962	8.115	5.875	50.776	11.127	4.167
Ajustes IFRS	(87.797)	-	-	(60.589)	-	-
Total	499.314	71.837	5.820	528.775	80.040	4.179
		576.971			612.994	

Movimentação dos Impostos Diferidos:

	Constituições / (Realizações)			Constituições / (Realizações)	
	<u>31/12/2016</u>	<u>Líquidas</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Líquidas</u>	<u>31/12/2014</u>
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL (i)	237.637	(29.648)	267.285	(14.075)	281.360
Provisões riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	331.552	56.600	274.952	(2.552)	277.504
Provisão para devedores duvidosos	221.968	13.997	207.971	(542)	208.513
Provisão para IR diferido sobre superveniência	(3)	8.417	(8.420)	29.094	(37.514)
Provisão para impostos diferidos sobre atualizações de depósitos judiciais	(164.338)	(30.063)	(134.275)	(383)	(133.892)
Outras diferenças temporárias	37.952	(28.118)	66.070	7.127	58.943
Ajustes IFRS	(87.797)	(27.208)	(60.589)	19.986	(80.575)
Total Líquido	576.971	(36.024)	612.994	38.655	574.339



- (i) Em abril de 2016 houve uma baixa no crédito tributário de prejuízo fiscal no valor de R\$ 6.868 (R\$ mil) em virtude de sua utilização para pagamento de valores envolvidos em processo incluso da na anistia da Lei 11.941/09.

Passivos fiscais:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Provisão de Imposto de renda	(1.393)	(1.602)
Provisão de Contribuição Social	(503)	(646)
Total de Passivo Fiscal Corrente	<u>(1.896)</u>	<u>(2.248)</u>

16. Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A movimentação das provisões durante o exercício e a segregação entre prazos estimados de encerramento das ações (até 1 ano e acima de 1 ano) estão apresentadas abaixo:

	<u>Fiscais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2015	731.415	38.526	45.111	815.052
Constituição (Reversões) líquidas do período	56.970	2.090	22.028	81.088
Pagamentos	(6.853)	(9.267)	(20.249)	(36.369)
Em 31 de dezembro de 2016	<u>781.532</u>	<u>31.349</u>	<u>46.890</u>	<u>859.771</u>
Depósitos e bloqueios judiciais (nota 11)	884.263	22.465	13.148	919.876

Segregação entre prazos

	<u>2016</u>		<u>2015</u>	
	<u>Até 1 ano</u>	<u>Acima de 1 ano</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>Acima de 1 ano</u>
Provisão para riscos fiscais	142.976	638.556	148.268	583.147
Provisão para riscos trabalhistas	16.288	15.061	11.326	27.200
Provisão para riscos cíveis	24.385	22.505	20.343	24.768
	<u>183.649</u>	<u>676.122</u>	<u>179.937</u>	<u>635.115</u>

Obrigações Legais

As entidades do grupo são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Referem-se basicamente a obrigações legais tributárias relativas a impostos e contribuições decorrentes do questionamento judicial e/ou administrativo, os quais estão integralmente provisionados, como segue:

PIS/COFINS – (R\$ 528.807; R\$ 484.025 em 2015) – as principais teses em discussão são:



- (i) Mandado de segurança impetrado para afastar a exigência de PIS e COFINS por serem as empresas (Banco GMAC. e GMAC Administradora de Consórcios) não empregadoras a partir de dezembro de 1996;
- (ii) Mandado de segurança impetrado para garantir ao Banco o direito de recolher o PIS e a COFINS sobre a receita de serviços, afastando com isso a base de cálculo imposta pela Lei nº 9.718/98, que equiparou o faturamento à totalidade das receitas auferidas.

CSLL - (R\$ 195.239; R\$ 195.536 em 2015) – as principais teses em discussão são:

- (i) Mandado de segurança impetrado para afastar a exigência da CSLL a partir de dezembro de 1996, por ser empresa não empregadora – Banco;
- (ii) Mandado de segurança impetrado para garantir o direito do Banco de recolher a CSLL sobre o lucro líquido nos anos-base de 1994 e 1995 à alíquota de 10%, afastando, com isso, a incidência de Emenda Constitucional de Revisão nº 01/94 que instituiu, para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 30%, o que fere o princípio da isonomia; e
- (iii) Mandado de segurança para assegurar à impetrante, Banco, o direito de recolher a CSLL sobre o lucro líquido no ano base de 1996 à alíquota de 8%, afastando, dessa maneira, a incidência da Lei nº 9.246/95 que instituiu alíquota diferenciada de 18% para as instituições financeiras, o que fere o princípio da isonomia;

IRPJ - (R\$ 42.225; R\$ 35.199 em 2015) – as principais teses em discussão são:

- (i) Mandado de segurança impetrado para reconhecer o direito do Banco, de deduzir prejuízo fiscal sem a limitação de 30% conforme estabelecido pela MP 812/94 e Lei 8.981/95;
- (ii) Mandado de segurança impetrado para reconhecer o direito do Banco de deduzir a contribuição social sobre o lucro líquido em sua base de cálculo até o ano base de 1996, leis 9.316/96 e 8.981/95;
- (iii) Mandado de segurança visando anular auto de infração que glosou despesas de provisão com devedores duvidosos, excluídas na base de cálculo ano base 1995, pautadas em norma expedida pelo Banco Central do Brasil.

Riscos trabalhistas

Decorrentes de reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados e eventuais terceiros pleiteando diferenças de verbas salariais e outras verbas decorrentes do extinto contrato de trabalho. As reclamações são patrocinadas por escritórios externos e gerenciadas por advogado interno especialista, sendo avaliadas de acordo com o risco de perda (provável, possível e remota) e montante de exposição envolvido. O montante envolvido é calculado por expert em cálculos trabalhistas, segundo as regras contábeis pertinentes.



Riscos cíveis

São decorrentes de ações cíveis movidas contra o Banco por clientes, concessionários ou terceiros, em que há probabilidade de perda que implique em desembolso financeiro. As ações são patrocinadas por escritórios externos e gerenciadas por advogados internos, sendo, quando for o caso, estipulado risco de perda (provável, possível e remoto) e valor de exposição envolvido. O valor de exposição e probabilidade de perda é realizada segundo análise jurídica da matéria envolvida na ação judicial específica e decisões já proferidas na ação judicial. A Administração entende que as provisões constituídas e os montantes relativos aos depósitos judiciais em garantia são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes dos processos judiciais promovidos contra o Banco.

Depósitos Judiciais

Pode não haver correspondência entre o valor do depósito judicial cível ou trabalhista e o valor da respectiva provisão de perda, pois o depósito judicial, em regra, representa o montante requerido pela parte adversa e depositado à disposição do juízo como garantia, enquanto a provisão é o valor considerado como risco de perda provável conforme avaliação dos advogados responsáveis pela condução da ação.

Os depósitos judiciais fiscais são superiores ao valor das provisões constituídas em função de que alguns depósitos são efetuados no decorrer do exercício pelo Lucro Real estimado. No final do exercício, as provisões para contingências são ajustadas pelo Lucro Real e os depósitos judiciais permanecem registrados pelos montantes anteriormente depositados. Adicionalmente, existem valores depositados cujas causas já foram objeto de provisão, porém com o andamento do processo foram avaliadas pela administração e pelos seus assessores legais com risco de perda possível ou remota.

Resumo de passivos contingentes, causas classificadas com risco de perda possível

Segue abaixo os montantes de causas classificadas como risco de perda possível:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fiscais (i)	62.661	63.317
Trabalhistas	17.302	14.460
Cíveis	<u>13.750</u>	<u>15.903</u>
Total	<u>93.713</u>	<u>93.680</u>

- (i) O Banco possui discussões classificadas como possíveis, sendo substancialmente: (i) cobrança referente a sujeição passiva de IPVA, decorrentes de contratos de arrendamento mercantil e crédito direto ao consumidor no montante de R\$ 4.124; (ii) discussões envolvendo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS no montante de R\$ 52.196; e (iii) ações envolvendo ISS no montante de R\$ 6.339.



17. Outros Passivos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Obrigações com grupos de consórcio/consorciados	85.116	79.725
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	8.161	10.437
Credores diversos	13.481	22.697
Impostos e Contribuições a Pagar	14.538	14.866
Repasses GMB (i)	65.217	11.487
Pagamentos a fornecedores	67.390	58.981
Obrigações sociais e estatutárias	-	7.310
Obrigações com pessoal	28.053	22.357
Total de outros passivos	<u>281.956</u>	<u>227.860</u>

- (i) Refere-se substancialmente a financiamentos da modalidade denominada *Floor Plan*, os quais são pagos a General Motors do Brasil - GMB no primeiro dia útil subsequente à compra e efetivação dos contratos (nota 19).

18. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social no montante de R\$ 1.589.653 (R\$ 1.458.380 em 2015) está representado por 1.145.353.124 ações ordinárias. Em 30 de novembro de 2015, a General Motors Holdings Participações Ltda., foi incorporada pela General Motors Investment Participações Ltda., que passou a deter a totalidade das ações de emissão do Banco.

Em 30 de abril de 2015, em Assembleia Geral Ordinária, foi deliberado aumento de capital integralizando reserva de lucros, no montante de R\$70.481, o qual foi homologado pelo BACEN em 09 de junho de 2015.

Em 29 de abril de 2016, em Assembleia Geral Ordinária, foi deliberado o aumento de capital através da integralização de reservas de lucros no montante de R\$ 131.273 que foi homologado pelo Banco Central em 12 de julho de 2016.

b) Reservas

A reserva legal é constituída a 5% do lucro do exercício, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que a referida reserva atingir 20% do capital social realizado ou 30% do total das reservas de capital e legal. O saldo de reservas de lucros em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 229.123 (R\$ 233.060 em 2015).

A Administração propõe aumento de capital através da integralização de reserva de lucros no montante de R\$ 102.571 referente ao exercício social de 2016, a ser deliberado na próxima Assembleia Geral Ordinária.

c) Juros sobre Capital Próprio

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício social, a cada período, após as deduções previstas no Estatuto e conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. O valor pago ou creditado a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação pertinente, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Sociedade para todos os efeitos legais. Dividendos intermediários e intercalares deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. Em 2016, a Administração deliberou sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 102.000 (R\$ 93.000 em 2015).

d) Lucro Líquido por Ação

		2016		
Período		Quantidade de Ações	Dias	Média Ponderada do Número de Ações
01/01/2016	31/12/2016	1.141.400.925	365	1.141.400.925
01/01/2016	31/12/2016	3.952.199	365	3.952.199
TOTAL DE COTAS				1.145.353.124
Lucro Líquido do Exercício Atribuível ao controlador				246.980
Lucro Líquido por Ação Básico e Diluído- Em R\$ - por lote de mil ações				R\$ 215,64
		2015		
Período		Quantidade de Ações	Dias	Média Ponderada do Número de Ações
01/01/2015	31/12/2015	1.141.400.925	365	1.141.400.925
01/01/2015	31/12/2015	3.952.199	365	3.952.199
TOTAL DE COTAS				1.145.353.124
Lucro Líquido do Exercício Atribuível ao controlador				228.175
Lucro Líquido por Ação Básico e Diluído- Em R\$ - por lote de mil ações				R\$ 199,22

As empresas do Grupo não possuem nenhum instrumento financeiro que poderia afetar o lucro líquido por ação diluído.



19. Partes relacionadas

O Banco define como partes relacionadas os Diretores, seus familiares próximos, parentes e suas subsidiárias e companhias associadas.

Remuneração da Administração

A remuneração agregada à Diretoria é estabelecida conforme política de remuneração do Grupo GMAC.

Benefícios de curto prazo

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Salários e honorários da diretoria executiva		
Remuneração fixa	3.776	2.935
Remuneração variável	1.145	1.483
Outras	298	-
Total	<u>5.219</u>	<u>4.418</u>

Em 2016 o grupo revisou a metodologia de apuração de remuneração da Administração, considerando apenas os Diretores Estatutários como sendo pessoas chaves da administração, resultando em redução dos valores em comparação ao exercício anterior.

Rescisão do contrato

Os contratos de trabalho possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

Outras informações – empréstimos e recebíveis

Conforme normas vigentes, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias ou diretores e seus familiares.

Transações com partes relacionadas

Os quadros a seguir apresentam os saldos com partes relacionadas no final dos exercícios e montantes reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado durante os anos de 2016 e 2015.



	2016	
	Controladora	Outras partes Relacionadas
Ativo		
Outros ativos (Nota 11) (2)	46.107	31.646
Empréstimo e recebíveis - subsídios a amortizar (1)	-	(287.546)
Total	46.107	(255.900)
Passivo		
Outros Passivos - General Motors do Brasil (Nota 17)	-	65.217
Total	-	65.217
Receita/(Despesa)		
Receitas de juros e similares (1)	-	(415.457)
Total	-	(415.457)
	2015	
	Controladora	Outras partes Relacionadas
Ativo		
Outros ativos (Nota 11) (2)	38.331	61.184
Empréstimo e recebíveis - subsídios a amortizar (1)	-	(441.322)
Total	38.331	(380.138)
Passivo		
Outros Passivos - General Motors do Brasil (Nota 18)	-	(11.487)
Total	-	(11.487)
Receita/(Despesa)		
Receitas de juros e similares (1)	-	(452.437)
Total	-	452.437

(1) Subsídio pago pela General Motors do Brasil Ltda. que compõe a taxa efetiva de juros dos empréstimos e recebíveis e reconhecido como receita ao longo do prazo do contrato. A GMB é responsável pelo fornecimento de veículos às concessionárias para que assim o Banco possa atender as necessidades de capital de giro das concessionárias através das operações de atacado.

(2) Os montantes de “Outros Ativos” com “Outras partes Relacionadas” referem-se substancialmente a valores a receber da General Motors do Brasil relacionados ao subsídio, e com “Controladora” referem-se substancialmente a valores a receber da General Motors Financial relacionados à folha de pagamento.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM IFRS / BANCO GMAC S.A.

Os saldos apresentados nas duas tabelas anteriores surgiram do curso regular dos negócios. Os juros cobrados nas transações de partes relacionadas respeitam as taxas de mercado. Não houve garantias prestadas ou recebidas em nenhuma transação efetuada entre partes relacionadas. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não foram realizadas provisões para devedores duvidosos relacionados a valores devidos por partes relacionadas.

20. Análise de vencimento dos ativos e passivos financeiros

A tabela a seguir mostra os ativos e passivos do Banco agrupados por vencimento com base no período remanescente na data do balanço até a data do vencimento contratual. Para alguns grupos que não possuem vencimento contratual definido são utilizadas premissas internas de vencimento.

	2016			Total
	Sem Vencimento	Até 1 ano	Acima de 1 ano	
Ativos				
Caixa e Equivalentes de caixa	626.915	-	-	626.915
Ativos Financeiros Mantidos para negociação	214.994	-	-	214.994
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	5.383.698	3.353.084	8.736.782
Outros ativos	-	450.057	757.955	1.208.012
Total de Ativos	841.909	5.833.755	4.111.039	10.786.703
Passivos				
<u>Passivos financeiros ao custo amortizado</u>				
Depósitos de Instituições financeiras	-	3.203.316	1.843.699	5.047.015
Depósitos de clientes	-	616.571	134.152	750.723
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	-	1.373.802	1.112.921	2.486.723
Passivos Fiscais	-	1.896	-	1.896
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-	183.649	676.122	859.771
Outros passivos	-	281.956	-	281.956
Total de Passivos	-	5.661.190	3.766.894	9.428.084
Ativos líquidos	841.909	172.565	344.145	1.358.619
	2015			Total
	Sem Vencimento	Até 1 ano	Acima de 1 ano	
Ativos				
Caixa e Equivalentes de caixa	668.316	-	-	668.316
Ativos Financeiros Mantidos para negociação	25.159	-	-	25.159
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	6.395.467	4.640.076	11.035.543
Outros ativos	-	412.296	818.777	1.231.073
Total de Ativos	693.475	6.807.763	5.458.853	12.960.091
Passivos				
<u>Passivos financeiros ao custo amortizado</u>				
Depósitos de Instituições financeiras	-	4.336.299	2.492.441	6.828.740
Depósitos de clientes	-	1.142.631	176.502	1.319.133
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	-	936.258	1.652.422	2.588.680
Passivos Fiscais	-	2.248	-	2.248
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-	179.937	635.115	815.052
Outros passivos	-	227.860	-	227.860
Total de Passivos	-	6.825.233	4.956.480	11.781.713
Ativos líquidos	693.475	(17.470)	502.373	1.178.378



21. Gestão de risco

21.1. Introdução

O Banco atua no Brasil desde 1930 e, oferece soluções em financiamento, consórcio e seguros para as concessionárias da Rede Chevrolet e seus clientes. Atualmente é um dos líderes no mercado de financiamento automotivo no Brasil e faz parte da GM Financeira, uma subsidiária integral da General Motors. A partir de 2003 passou a operar como banco múltiplo (Banco).

Desde outubro de 2013, as soluções do Banco são oferecidas ao mercado por intermédio da marca Chevrolet Serviços Financeiros,

A Chevrolet Serviços Financeiros busca a excelência nas práticas de governança corporativa, bem como a transparência na gestão das diversas atividades da empresa. Tais áreas objetivam mensurar e monitorar todos os níveis de riscos, seguindo as técnicas e as melhores práticas de mercado. Como boa prática, o Banco assume proativamente a gestão dos riscos inerentes às suas atividades. A filosofia é investir esforços significativos no entendimento da natureza e potenciais efeitos dos riscos assumidos, buscando precificar adequadamente nossos produtos e definir práticas adequadas na gestão do negócio.

A filosofia é disseminada em todos os níveis da nossa organização, de tal forma que qualquer usuário, a qualquer momento, possa e deva apontar riscos que eventualmente não são evidentes, assegurando que os mesmos sejam suficientemente avaliados e geridos adequadamente nas diversas áreas da instituição.

Capital e liquidez são críticos para a nossa sustentabilidade, deste modo, aperfeiçoamos o equilíbrio entre o risco e retorno, mantendo sempre equalizados os níveis de capital e liquidez.

Estamos comprometidos em proteger a organização no longo prazo, garantindo a viabilidade do nosso negócio.

Buscamos ser reconhecidos pela transparência e valores por nossos clientes, saudáveis por nossos acionistas, competentes e confiáveis por nossos reguladores.

Para fortalecer a gestão de riscos por toda organização, foram criadas diversas áreas específicas focadas nos riscos inerentes a cada segmento, a fim de propiciar um adequado e eficaz processo neste tema. Tais áreas de riscos contam ainda com o apoio efetivo das equipes de Auditoria (Interna e Externa), Compliance, Controles Internos e Controle de Qualidade, atuando na aplicabilidade e aderência de todos os processos às políticas instituídas pela empresa.

As políticas, normas e procedimentos asseguram que a organização mantenha uma estrutura de controle compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços, multiplicidade das atividades e processos, bem como administração eficiente dos recursos sistêmicos e humanos, harmonizando todos estes aspectos num ambiente de risco controlável e alinhado aos princípios e filosofia da mesma.

Listamos abaixo a estrutura de Gerenciamento de Riscos da Chevrolet Serviços Financeiros e suas respectivas responsabilidades:

Comitê Executivo Sênior:

- Definir estratégias e diretrizes a serem seguidas;
- Deliberar sobre assuntos gerais de interesse da organização;
- Aprovar as políticas de Gestão de Riscos e Gerenciamento de Capital e Risco Socioambiental.

**Comitê de Auditoria:**

- Recomendar à Diretoria da organização correções ou aprimoramentos de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- Avaliar em conjunto com a Diretoria e Auditoria independente e interna o cumprimento das suas recomendações e indagações propostas pelos órgãos de auditoria.

Áreas de Riscos:

Frente aos produtos e serviços oferecidos pela Chevrolet Serviços Financeiros, a organização está exposta a diversos riscos, sejam eles internos e externos. Dentre estes riscos podemos destacar: Risco de Crédito, Risco Operacional, Risco Legal, Risco de Mercado, Risco de Liquidez e Risco Socioambiental.

Tais áreas objetivam mensurar e monitorar todos os níveis de riscos, seguindo as técnicas e as melhores práticas de mercado.

21.2. Risco de crédito

As políticas relacionadas ao processo de concessão do crédito e cobrança do Banco estabelecem as regras definidas e aprovadas pelo Comitê Executivo Sênior e abrangem os seguintes pontos:

- Elegibilidade dos concessionários passíveis de envio das fichas cadastrais de clientes;
- Elegibilidade das garantias a serem utilizadas no processo de concessão;
- Elegibilidade do cliente, onde são avaliadas as seguintes condições:
- Informações cadastrais do cliente e do avalista (se aplicável);
- Informações de mercado do cliente, tais como dados de bureau negativo, fontes públicas ou privadas legais;
- Capacidade de pagamento do cliente e do avalista (se aplicável);
- Condições gerais da operação (percentual de entrada, prazo, produto, etc).

As políticas são revisadas anualmente, porém revisões extraordinárias poderão ser demandadas em decorrência de alterações significativas nos indicadores da carteira de crédito, mudanças nas estratégias comerciais e operacionais em adequação ao mercado e ocorrências de eventos relevantes que possam impactar significativamente nos negócios.

Além das condições acima descritas, que englobam as condições mínimas de atuação na concessão de crédito, a avaliação da mesma também é função de uma análise de uma série de fatores / condições pertinentes a avaliação própria de riscos, com foco na ponderação da entre risco e retorno, dentro deste aspecto podemos listar:

Avaliação da capacidade de pagamento do cliente e aval (se aplicável);

- Emprego de modelos estatísticos com atuação na avaliação de probabilidade de não pagamento dos créditos;
- Procedimento de verificação documental;
- Tipo de produto;
- Tipo de garantia;
- Análise julgamental;
- Avaliação da capacidade de pagamento do cliente e aval (se aplicável).

Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

Conforme a resolução 3.721/09 do Banco Central do Brasil define-se risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador, ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, redução de ganhos ou remunerações, vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.



Para assegurar adequada gestão do risco de crédito foi estabelecido pelo Comitê Executivo Sênior o Grupo Executivo de Risco de Crédito (GERC), cujo objetivo é gerir tal risco de acordo com a estratégia adotada pela organização, alinhada às diretrizes da matriz, requerimentos do acordo da Basileia e às exigências do Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional.

Estratégias

Com o objetivo de manter o risco de crédito em níveis adequados, a área de risco monitora os indicadores de crédito e, caso haja necessidade, estabelece correções imediatas segundo o planejamento, estratégia e o apetite de riscos adotados pela organização. As correções envolvidas podem incluir:

- Revisão na política de admissão;
- Revisão dos modelos internos;
- Avaliação de novas ferramentas de mercado;
- Alterações na política de recuperação de crédito;
- Sugestões na política de precificação.

A área de risco de crédito varejo também atua em parceria com a área de recuperação de crédito na avaliação do portfólio inadimplente. Além de contribuir em ações estratégicas com a cobrança, sempre buscando alavancar os resultados de recuperação de saldos inadimplentes e consequentemente mitigando as perdas de crédito.

Comunicação e informação de Riscos

A área de risco apresenta mensalmente ou tempestivamente, caso necessário, para a alta administração (reunião mensal do GERC) os indicadores de crédito, indicadores de cobrança, as análises realizadas e o acompanhamento dos projetos / atividades desenvolvidos pela área.

O GERC, além do diretor de riscos, é composto pelos diretores estatutários do banco (sendo necessária a presença de no mínimo dois deles) e também outros diretores da instituição a depender dos assuntos abordados.

Para o Banco Central do Brasil são disponibilizados, conforme a legislação vigente, informações de clientes e operações relativas à provisão para devedores duvidosos, garantias e outras de acordo com a solicitação do regulador.

Sistema de mensuração

O Banco utiliza-se das melhores práticas empregadas pelo mercado para mensurar o risco de crédito, tais como:

- Modelos estatísticos;
- Informações de bureaus externos;
- Acompanhamento do processo de iniciação;
- Análise do perfil do cliente;
- Índices de inadimplência;
- Análise de safras;
- Concentração de riscos;
- Efetividade da recuperação de crédito;
- Aderência dos processos às políticas.

Monitoramento Contínuo

O Grupo Executivo de Risco de Crédito (GERC) é subdividido em dois grupos distintos, sendo eles:



Grupo Executivo de Risco de Crédito Varejo - GERCV:

O Grupo Executivo de Risco de Crédito Varejo tem como linha de atuação a análise / avaliação de créditos com limites de valores equivalentes de até 250 mil dólares de exposição total por cliente, exceto em casos de clientes onde exista o relacionamento junto ao risco de crédito atacado (p.e. concessionárias, locadoras, frotistas). Suas principais competências são:

- A vigilância do programa de riscos de crédito varejo corporativo: integração e adaptação da cultura de risco global ao âmbito local, estratégia, predisposição e o nível de tolerância ao risco;
- Monitorar potenciais fatores de risco de crédito varejo e decidir sobre: novos produtos, alterações relevantes, planos e campanhas na mídia;
- Discutir problemas internos ou externos que possam impactar gravemente os principais objetivos no gerenciamento do risco de crédito;
- Monitorar as políticas e procedimentos de gerenciamento de risco de crédito varejo e suas diretrizes, incluindo aprovação das políticas e procedimentos da área de recuperação de créditos;
- Garantir que as estratégias corporativas do Banco (gerenciamento de risco de crédito, políticas e delegações de autoridade) estejam adequadas à estrutura local da empresa;
- Realizar revisão periódica sobre a qualidade das carteiras de crédito baseadas em performance, taxa de aprovação, safras, tendência de qualidade dos ativos, tipos de riscos, etc.;
- Acompanhar os resultados das carteiras (projeção x realizado) e propor ações, a fim de mitigar potenciais deteriorações nos indicadores de riscos de crédito;
- Garantir que os modelos de decisão estejam enquadrados nos parâmetros de qualidade definidos pela instituição;
- Garantir o tratamento das exceções aos limites estabelecidos dentro das Políticas seja cumprido;
- Levantar as preocupações e identificar oportunidades de maximizar os resultados dos negócios;

Grupo Executivo de Risco de Crédito Atacado - GERCA:

- Responsável pela vigilância do programa de risco do crédito atacado corporativo: integração e adaptação da cultura de risco Global ao âmbito local, estratégia, predisposição e o nível de tolerância ao risco;
- Receber informação sobre assuntos relevantes de risco de crédito atacado que devem conhecer e decidir sobre: novos produtos, alterações relevantes, planos e campanhas na mídia;
- Discutir problemas internos ou externos que possam impactar gravemente os principais objetivos no gerenciamento do risco de crédito;
- Monitorar as políticas e procedimentos de gerenciamento de risco de crédito atacado e suas diretrizes;
- Realizar uma revisão periódica sobre a qualidade das carteiras de crédito atacado;
- Levantar as preocupações e identificar oportunidades de maximizar os resultados de negócios;

Monitoramento

O monitoramento do risco de crédito se dá através de vários instrumentos, seguindo sempre as melhores práticas de mercado, dentre elas, podemos destacar:



- Relatórios com visão periódica da carteira, com visão de todo portfólio;
- Relatórios com visão periódica de safras;
- Relatórios das perdas e recuperações de prejuízo;
- Relatórios de acompanhamento das novas concessões de crédito;
- Relatórios de acompanhamento de provisão.
- Relatórios de cenários de estresse de crédito;

Além do monitoramento constante dos indicadores de crédito, a área de risco de crédito varejo trabalha constantemente na identificação de potenciais riscos e oportunidades de negócios.

Tais procedimentos visam sempre a manutenção saudável dos negócios de riscos além de cumprir com as políticas internas e também com as regulamentações brasileiras vigentes.

Garantias e outros mitigantes de risco de crédito

O Banco analisa e aceita garantias de acordo com os regulamentos internos, que são definidas levando-se em consideração o tipo de operação e risco de crédito da contraparte.

As operações de empréstimo de Varejo (Crédito Direto ao Consumidor e Leasing Varejo) são garantidas pelo próprio bem (veículo) através de alienação fiduciária. Caso haja necessidade, durante o processo de avaliação do crédito, podem ser requeridos avalistas como uma garantia adicional da operação.

Para a concessão ou renovação dos limites de crédito disponibilizados para as redes de concessionárias (Floor Plan) são solicitadas garantias para a operação. Estas garantias podem ser hipotecas ou alienação fiduciária de imóveis, investimentos, carta fiança, aval ou uma combinação das garantias.

Além dos mitigadores mencionados as operações de Floor Plan são garantidas pelo objeto da operação (veículo ou peças) através de penhor mercantil.

A classificação de qualidade de crédito para os ativos financeiros foi realizada levando-se em consideração os seguintes critérios:

Exposição máxima ao risco de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito, demonstrada abaixo, não considera garantias obtidas ou melhorias de crédito que não se qualificam para compensação.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e equivalentes de caixa	626.915	668.316
Ativos Financeiros mantidos para negociação	214.994	25.159
Empréstimos e adiantamentos a clientes (i)	8.736.782	11.035.543
Total	<u>9.578.691</u>	<u>11.729.018</u>

(i) Os valores já encontram-se líquidos de eventuais provisões para perdas ao valor recuperável.

O Grupo não realiza nenhum tipo de prestação de aval ou fiança a terceiros ou concessionárias.



Concentrações

A tabela abaixo demonstra a concentração da carteira de crédito por região geográfica das operações de empréstimo.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Centro-Oeste	888.639	1.232.909
Nordeste	1.844.206	2.302.114
Norte	701.834	834.793
Sudeste	3.645.853	4.524.440
Sul	1.656.250	2.141.287
Total (nota 9)	<u>8.736.782</u>	<u>11.035.543</u>

A tabela abaixo demonstra a concentração da carteira de crédito por setor econômico:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoa física	6.819.661	8.811.166
Outros Serviços	258.811	1.650.391
Comércio	1.652.880	561.408
Industria	5.430	12.578
Total (nota 9)	<u>8.736.782</u>	<u>11.035.543</u>

A tabela abaixo demonstra a exposição dos 10 maiores clientes:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Exposição	351.488	252.234
% sobre a carteira total	<u>4,02%</u>	<u>2,29%</u>

Garantias e outros mitigantes de risco de crédito

O Banco analisa e aceita garantias de acordo com os regulamentos internos, que são definidas levando-se em consideração o tipo de operação e risco de crédito da contraparte. A tabela abaixo apresenta os valores recebidos em garantia, segregados por segmento da carteira de crédito.

	<u>2016</u>		<u>2015</u>	
	<u>Garantias Primárias</u>	<u>Garantias Secundárias</u>	<u>Garantias Primárias</u>	<u>Garantias Secundárias</u>
Empréstimos e adiantamentos a clientes				
	19.985.09		21.557.41	
Varejo	9	-	1	-
Atacado	1.689.727	2.371.407	2.033.696	3.916.985
Total	<u>6</u>	<u>2.371.407</u>	<u>7</u>	<u>3.916.985</u>



As operações de empréstimo de Varejo (Crédito Direto ao Consumidor e Leasing Varejo) são garantidas pelo próprio bem (veículo) através de alienação fiduciária. Caso haja necessidade, durante o processo de avaliação do crédito, podem ser requeridos avalistas como uma garantia adicional da operação.

Para a concessão ou renovação dos limites de crédito disponibilizados para as redes de concessionárias (Floor Plan) são solicitadas garantias para a operação. Estas garantias podem ser hipotecas, investimentos, carta fiança, aval ou uma combinação das garantias.

Além dos mitigadores mencionados as operações de Floor Plan são garantidas pelo objeto da operação (veículo ou peças) através de penhor mercantil.

Qualidade de crédito

A tabela abaixo apresenta a qualidade de crédito por classes de ativos, considerando todos os ativos financeiros expostos a riscos de crédito. Os valores não consideram provisões para perdas com redução ao valor recuperável.

	2016			Total
	Qualidade alta	Qualidade Normal	Qualidade de Subnormal	
Caixa e equivalentes de caixa	626.915	-	-	626.915
Ativos financeiros mantidos para negociação	214.994	-	-	214.994
Empréstimos e adiantamentos a clientes:	171.987	6.620.176	1.115.391	7.907.554
Atacado	56.053	711.422	781.803	1.549.278
Varejo	115.934	5.908.754	333.588	6.358.276
Total	1.013.896	6.620.176	1.115.391	8.749.463

A classificação de qualidade de crédito para os ativos financeiros foi realizada levando-se em consideração os seguintes critérios:

- Caixas e equivalentes de caixa: Classificação de 100% na qualidade alta, por se tratar de aplicações no mercado aberto realizada com instituições de primeira linha do mercado financeiro, com liquidez imediata e atreladas a títulos públicos;
- Ativos financeiros para negociação: Classificação de 100% na qualidade alta, pois os mesmos estão atrelados a fundos de investimentos cujos investimentos são títulos públicos de renda fixa;



- Empréstimos e recebíveis – Para as operações de varejo, sem qualquer atraso, categorizados: i) Qualidade de crédito “Alta”, aqueles clientes que foram classificados com score acima da média; ii) Qualidade de crédito “normal” aqueles clientes que foram avaliados durante a análise de crédito como sendo de baixo risco e sem qualquer outro restritivo; e iii) Qualidade de crédito “subnormal” aqueles clientes que possuem qualquer apontamento que possa acarretar implicar em restrições de crédito. Para as operações de atacado, sem qualquer atraso, categorizados : i) Qualidade de crédito “Alta” aqueles clientes que possuem indicadores financeiros acima da média e um nível de garantias adequado para as operações; ii) Qualidade de crédito “normal”, possuem bons índices financeiros e um nível de garantias adequado para as operações; iii) Qualidade de crédito “subnormal” aqueles clientes que apesar de um nível de garantias adequado possuem indicadores financeiros e outros aspectos de riscos aumentados identificados nas análises de crédito. Os critérios de análise de crédito mencionados seguem as políticas internas do Banco.

Retomada de garantias

O Banco possui área interna responsável pela execução das garantias dos empréstimos e recebíveis em atraso, acionando legalmente os inadimplentes para liquidação dos valores devidos através da retomada e venda dos bens dados em garantia em leilão público.

Durante o exercício de 2016, os bens retomados pelo Banco atingiram o montante de R\$ 44.496 (R\$ 41.463 em 2015).

Informações Relativas às Operações de Venda ou Transferência de Ativos

Com o objetivo de diversificar suas fontes de financiamento o Banco conta com a venda de ativos de crédito ao mercado como fontes de captação alternativa/complementar para financiar suas atividades.

A. Venda de Ativos de Crédito ao Mercado - (Operações de varejo com exceção de leasing)

Para esta modalidade de financiamento o Banco adota a venda com retenção de riscos e benefícios, sendo os contratos vendidos como uma garantia de uma linha de crédito disponibilizada pelas instituições financeiras destinadas a financiar as atividades do Banco.

Em casos de inadimplemento dos contratos vendidos, o Banco é responsável pela recompra de todas as operações em tal situação, assumindo assim todo o risco de crédito.

As operações cedidas são registradas nos livros do Banco e a alocação de capital regulatório é constituída conforme estabelecido pela legislação, montam em 31 de dezembro de 2016, R\$ 3.382.411 (R\$ 4.148.238 em 2015), registrados na rubrica “Empréstimos e Recebíveis”.

No processo de venda de ativos de crédito o Banco não tem intenção de arbitrar ganho financeiro de curto prazo com a transação, ao contrário disso, paga um prêmio às instituições financeiras pela antecipação dos recebíveis que serão utilizados para o financiamento de suas atividades.



21.3. Risco Operacional

As políticas relacionadas ao processo de gerenciamento de risco operacional do Banco estabelecem as regras definidas e aprovadas pelo Comitê Executivo Sênior e abrangem os seguintes pontos:

- Processo periódico de auto avaliação;
- Categorias de riscos operacionais;
- Avaliação e mensuração dos riscos inerentes e residuais;
- Avaliação de controles de processos;
- Processo de monitoramento dos indicadores de risco;
- Coleta de dados de eventos de perdas operacionais.

As políticas são revisadas anualmente, porém revisões extraordinárias poderão ser demandadas em decorrência de eventos isolados em função de atualização de regulamentação, reavaliação das diretrizes de risco ou outros ajustes.

Estrutura de gerenciamento de Risco Operacional

Conforme a resolução 3.380/06 do Banco Central do Brasil define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O Banco possui o Programa de Risco Operacional que tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar, testar, mitigar, controlar e documentar os eventos de materialização do risco operacional. A gestão do Programa de Risco Operacional é de responsabilidade da equipe de Riscos, monitorada pela Diretoria Executiva.

Assegurando a adequada gestão do risco operacional foi estabelecido pelo Comitê Executivo Sênior o Grupo Executivo de Risco Operacional e Controles Internos (GEROCI), cujo objetivo é controlar o risco operacional de acordo com a estratégia adotada pela organização em consonância com a matriz global, requerimentos do acordo da Basileia e às exigências do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Todos os departamentos contam com pelo menos um funcionário capacitado para analisar os processos, identificar, avaliar os controles e reportar os eventos de materialização do risco operacional.

Estratégias

A área de Risco Operacional promove a avaliação dos processos e controles internos, monitora os indicadores de risco operacional (KRI's), fomenta discussões sobre os eventos de risco operacionais ocorridos e/ou potenciais e estabelece planos de ação, conforme o planejamento e estratégia adotada pela organização.

Comunicação e Informação de Riscos

A área de risco apresenta com regularidade ou tempestivamente, no caso de ocorrência de algum evento extraordinário, os resultados das análises realizadas, eventos ocorridos e planos de ação para o Grupo Executivo de Risco Operacional e Controles Internos.

Conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, ao final de cada ciclo, é elaborada a matriz de risco contendo a avaliação dos principais processos da organização, bem como uma base de perdas com os eventos ocorridos e capturados no mesmo período.



Sistema de Mensuração

Os riscos operacionais são monitorados e mensurados com o apoio de diversas ferramentas:

- Auto-avaliação anual dos processos - potenciais impactos de cada um dos riscos identificados;
- Avaliação da base de perdas operacionais – observação dos eventos e seus respectivos impactos;
- Análise de eventos ocasionais - capturados de forma pontual. Para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA), relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada (RWAOPAD), o Banco adota a metodologia Abordagem do Indicador Básico.

Monitoramento Contínuo

Grupo Executivo de Risco Operacional e Controles Internos - GEROCI

As atribuições do GEROCI, sem prejuízo de quaisquer outras não mencionadas, são:

- Supervisionar a adequada gestão de controles internos na organização;
- Monitorar as políticas e procedimentos de gerenciamento de risco operacional, controles internos e suas diretrizes;
- Aprovar o relatório anual de risco operacional;
- Determinar os níveis de risco operacional aceitáveis para a empresa;
- Garantir o gerenciamento dos diversos tipos de riscos apontados, sistemas de informação e respectivos controles internos utilizados para sua gestão;
- Propor ações destinadas a mitigar e resolver os possíveis problemas operacionais relacionados aos processos-chave da empresa;
- Estabelecer e revisar periodicamente KRIs (Key Risk Indicators) que indiquem a materialidade, ou não, das variações dos processos mapeados;
- Estabelecer medidas para mitigar o impacto dos riscos identificados, casos eles ocorram;
- Garantir a coleta de dados de perdas operacionais e revisar periodicamente as informações fornecidas pelas respectivas áreas;
- Garantir que a alta gerência da empresa suporte os Agentes de Risco (Risk Owners) na realização da revisão anual, a auto avaliação de Riscos e Controles - RCSA (Risk and Control Self Assessment);
- Desenvolver planos de ação para os riscos considerados como críticos pela empresa, a partir do resultado da revisão anual dos riscos operacionais;
- Garantir adequada gestão dos planos de continuidade de negócios em decorrência de desastres e eventos contingenciais;
- Garantir a adequada avaliação de risco e planos de contingência na gestão de fornecedores relevantes ao Banco;
- Plano de Continuidade de Negócios (PCN) do Banco visa reduzir o risco de perdas financeiras e de imagem, provendo a habilidade de recuperar e restaurar suas principais operações em casos de catástrofe, desastre ou interrupção dos serviços e processos críticos. O PCN do Banco está estruturado e suportado pelo sistema informatizado corporativo CMS, onde são mapeadas as principais atividades e a forma como serão executadas em contingência, caso seja necessário;
- Discutir e aprovar as Políticas e Procedimentos aplicáveis ao negócio;
- Monitorar os pontos eventualmente elencados pela Auditoria Externa e Reguladores;



- Plano de Continuidade de Negócios (PCN) do Banco visa reduzir o risco de perdas financeiras e de imagem, provendo a habilidade de recuperar e restaurar suas principais operações em casos de catástrofe, desastre ou interrupção dos serviços e processos críticos. O PCN do Banco está estruturado e suportado pelo sistema informatizado corporativo CMS, onde são mapeadas as principais atividades e a forma como serão executadas em contingência, caso seja necessário;
- Discutir e aprovar as Políticas e Procedimentos aplicáveis ao negócio;
- Monitorar os pontos eventualmente elencados pela Auditoria Externa e Reguladores.

21.4. Risco de Mercado

A política relacionada ao risco de mercado do Banco estabelece as regras definidas e aprovadas pelo Comitê Executivo Sênior e abrange os seguintes pontos:

- Metodologia de mensuração do risco;
- Classificação das exposições;
- Regra para novos produtos;
- Limites operacionais;
- Teste de estresse;
- Backtesting;

As políticas são revisadas anualmente, porém revisões extraordinárias poderão ser demandadas em decorrência de indicadores de Risco de Mercado, estratégia comercial e operacional.

Conforme critérios estabelecidos pela Resolução 3.464/07 do Conselho Monetário Nacional e Circular 3.354/07 do Banco Central do Brasil, a estrutura de risco de mercado deve segregar suas operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação.

A carteira de negociação deve ser composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias realizadas com a intenção de negociação. Já a carteira de não negociação deve ser composta pelas operações provenientes do negócio bancário, e relacionadas à gestão do balanço da instituição, não existindo intenção de revenda.

Em função das características das operações da Chevrolet Serviços Financeiros, todas as operações são classificadas na carteira de não negociação.

Estrutura de gerenciamento de Risco de Mercado

Conforme a Resolução 3.464/07 do Conselho Monetário Nacional define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O nível de risco de mercado é constantemente avaliado, mensurado e reportado a Alta Administração pela área de Riscos.

Todas as operações financeiras da Chevrolet Serviços Financeiros fazem parte do escopo da mensuração e avaliação. O nível de exposição é alinhado às diretrizes estabelecidas pelo Grupo Executivo de Risco de Mercado (GERM), o qual tem por objetivo assegurar a adequada gestão e controle do risco, para que este esteja sempre de acordo com as estratégias adotadas pela Organização.

O GERM atua em consonância com as exigências do Banco Central do Brasil e as diretrizes da matriz global.



Estratégias

Constantemente a área de Risco de Mercado monitora e avalia o nível de exposição a risco das carteiras através dos instrumentos relacionados abaixo:

- Cálculo do EVE (Economic Value of Equity);
- GAP Analysis;
- Backtesting;
- Teste de estresse;

As avaliações são realizadas com o objetivo de manter o risco de mercado da Chevrolet Serviços Financeiros em níveis compatíveis com a sua estrutura e estratégia.

O montante abaixo representa o valor calculado pelo EVE em 2016, utilizado para alocação de capital para Risco de Mercado para a carteira banking (RBAN):

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
EVE	3.610	17.802

Durante o exercício de 2016, houve uma alteração no critério de operações utilizadas para o cálculo do EVE, considerando captações provenientes de cessão no mesmo.

Comunicação e informação de Riscos

O risco de mercado é acompanhado pela área de Risco e mensalmente são convocadas reuniões do GERM onde o monitoramento é apresentado para a alta administração. Caso haja necessidade, estas reuniões podem ser realizadas extraordinariamente. São fornecidas ainda informações ao regulador conforme legislação vigente.

Monitoramento Contínuo

Grupo Executivo de Risco de Mercado – GERM

- Monitorar as políticas e procedimentos de gerenciamento de risco de mercado e suas diretrizes;
- Decidir sobre alterações na estratégia e política de risco de mercado, em função do cenário interno/externo;
- Definir a classificação das exposições do Banco entre Banking e Carteira de Negociação;
- Deliberar sobre alçadas, limites e indicadores de monitoramento;
- Acompanhar e analisar os indicadores e resultados referentes aos ativos e passivos expostos ao risco de mercado;
- Avaliar o risco de mercado de novos produtos;
- Monitorar potenciais fatores de risco de mercado e decidir sobre: novos produtos, alterações relevantes;
- Caso necessário, estabelecer planos de ações e acompanhamento;

21.5. Risco de liquidez

A política relacionada ao risco de liquidez do Banco estabelece as regras definidas e aprovadas pelo Comitê Executivo Sênior e abrange os seguintes pontos:



- Papéis e responsabilidades;
- Fontes de financiamento autorizadas;
- Regras de gerenciamento do caixa;
- Limite operacional;
- Análise dos descasamentos entre ativos e passivos;
- Plano de contingência;
- Indicadores;
- Teste anual de estresse.

As políticas são revisadas anualmente, porém revisões extraordinárias poderão ser demandadas em decorrência de indicadores da carteira de crédito, estratégia comercial e operacional.

Estrutura de gerenciamento de Risco de Liquidez

Conforme a Resolução 4.090/12 do Conselho Monetário Nacional define-se como risco de liquidez a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O controle de risco de liquidez é realizado pela área de Riscos, a qual atua de forma independente das áreas de negócio. Para assegurar a adequada gestão, foi estabelecido pelo Comitê Executivo Sênior, o Grupo Executivo de Risco de Liquidez (GERL), o qual é responsável pela definição dos critérios e limites operacionais para controle de liquidez, de forma que estes se mantenham em níveis adequados ao nível de risco aceitado pela Organização.

Estratégias

O Banco mantém um nível de liquidez adequado para financiar suas atividades de forma prudente e eficaz em termos de custos e gerenciamento do risco. A gestão de liquidez é responsabilidade da Tesouraria e a área de Risco realiza um monitoramento independente.

Comunicação e informação de Risco

Diariamente são reportadas informações relativas à liquidez da Organização, a todos os membros do Grupo Executivo de Risco de Liquidez. Dentre outros indicadores, o reporte diário contém o limite operacional de volume de caixa estabelecido pelo GERL, as projeções do fluxo de ativos e passivos para os próximos 90 dias e o volume médio de caixa.

As informações deste reporte são consolidadas pela área de Reportes Regulatórios, e seus indicadores são monitorados pela área de Risco de Liquidez.

Mensalmente são convocadas reuniões do GERL, no qual o monitoramento é apresentado para a Alta Administração. Caso haja necessidade, estas reuniões podem ser realizadas extraordinariamente.

Monitoramento Contínuo



Grupo Executivo de Risco de Liquidez -GERL:

- Monitorar as políticas e procedimentos de gerenciamento de risco de liquidez e suas diretrizes;
- Estabelecer critérios e limites operacionais para controle de liquidez;
- Revisar planos de funding de médio e longo prazo;
- Monitorar estratégia de liquidez e estrutura ótima para nortear a gestão e risco de liquidez;
- Revisar periodicamente o processo de gerenciamento de ativos e passivos, técnicas e ferramentas para identificar áreas de melhoria;
- Receber informação sobre os assuntos relevantes de risco de liquidez que devem ter ciência, a fim de decidir quanto a novos produtos e alterações relevantes;
- Caso necessário, estabelecer planos de ações e acompanhamento.

Tesouraria

- Assegurar o cumprimento da política de liquidez estabelecida pelo Comitê Executivo;
- Administrar o fluxo de caixa conforme a estratégia da instituição quanto à previsibilidade dos desembolsos financeiros, capacidade de funding e gestão dos descasamentos entre ativos e passivos;
- Definir, planejar e divulgar para a Diretoria Executiva Sênior o Plano de Contingência.

Estrutura de Gerenciamento de Gestão de Capital

De acordo com a Resolução 3.988/11 do Conselho Monetário Nacional, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Na Chevrolet Serviços Financeiros o processo de Gerenciamento de Capital é realizado de forma compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e a dimensão de sua exposição a riscos. Tem por objetivo principal proporcionar condições para que os objetivos estratégicos sejam alcançados, de forma coerente com regulamentação em vigor. Os requerimentos mínimos de capital seguem o conjunto de normativos divulgados pelo Bacen, os quais implantam no Brasil os padrões globais de requerimento de capital definidos pelo Acordo de Basileia III.

Visando o adequado processo de gestão, a Chevrolet Serviços Financeiros utiliza as práticas mais aceitas pelo mercado.

Periodicamente são realizadas avaliações de suficiência de capital, planos de capital, testes de estresse, e são avaliadas ações de contingência a serem aplicadas em um cenário de volume de capital desfavorável, os quais são constantemente divulgados à Alta Administração.

Políticas de Gestão de Capital

A política relacionada à Gestão de Capital da Chevrolet Serviços Financeiros estabelece as regras definidas e aprovadas pelo Comitê Executivo Sênior e abrange os seguintes pontos:

- Papéis e responsabilidades;
- Métricas da gestão de capital;
- Regras de cálculo do capital;
- Limites operacionais;
- Planos de contingência;
- Monitoramento contínuo.



Estratégia

Manter o capital em níveis adequados de acordo com a estratégia adotada pela Chevrolet Serviços Financeiros, de forma que haja uma margem prudente em relação ao patamar mínimo estabelecido pelo regulador local (11%), e que ao mesmo tempo não seja excessivo, comprometendo os resultados do negócio.

Comunicação e Informação de Riscos

Mensalmente os valores do Patrimônio de Referência, RWA, Índice de Basileia e Índice de Imobilização são apurados, monitorados e reportados na reunião do Grupo Executivo de Gestão de Capital para a Alta Administração.

Sistemas de Mensuração

O capital é monitorado através de relatórios mensais onde são detalhados o PR, RWA e seus componentes, o Índice de Basileia e a Rban (parcela de capital requerida para operações com risco de mercado não classificadas na carteira de negociação). São realizadas também projeções futuras com o objetivo de avaliar a necessidade de capital.

Monitoramento Contínuo

Para assegurar adequada gestão de capital foi estabelecido pelo Comitê Executivo Sênior o Grupo Executivo de Gestão de Capital (GEGC).

Grupo Executivo de Gestão de Capital (GEGC):

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Chevrolet Serviços Financeiros;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Organização;
- Garantir uma estrutura de gerenciamento de capital que deve prever, no mínimo:
 - - Mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela Organização, inclusive aqueles não cobertos pelo PRE;
 - - Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital claramente documentadas, que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela instituição;
 - - Plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
 - - Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital.
- - Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação de capital.
- O plano de capital deve ser consistente com o planejamento estratégico e prever, no mínimo:
 - - Metas e projeções de capital;
 - - Principais fontes de capital da instituição;
 - - Plano de contingência de capital.
- Caso necessário, estabelecer planos de ações e acompanhamento.

Composição do Capital

Conforme a Resolução 4.193/13 do Conselho Monetário Nacional, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, devem manter permanentemente o valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução nº 4.192/13 do Conselho Monetário Nacional, compatível com os riscos de suas atividades. Desta forma, a Chevrolet Serviços Financeiros apura o PR através do somatório do Capital Nível I e Capital Nível II, onde o Nível I é composto pelo Capital Principal (Capital Social, Reservas, Lucros Retidos, deduzidos os Ajustes Prudenciais) e pelo Capital Complementar; e Nível II é composto por instrumentos elegíveis (dívidas subordinadas) e está sujeito a limitações prudenciais.



21.6. Risco Socioambiental

A Área de Controles Internos é responsável pela Política de Responsabilidade Socioambiental, bem como pelo acompanhamento e disseminação da cultura de controle de riscos e iniciativas socioambientais. A matéria possui política própria e documento devidamente publicado no site na instituição. A sua redação, conceitos e premissas foram devidamente aprovados pela a diretoria estatutária, em Junho/2015.

Durante o ano de 2016, a matéria também foi abordada nos trabalhos de auto avaliação de riscos nos processos de toda organização, aproveitando a análise pontual de rotinas e controles e os impactos socioambientais potenciais.

Ressaltamos que dentre os produtos operados pela Chevrolet Serviços Financeiros e as oportunidades de iniciativas socioambientais, consideramos importante destacar que as operações de crédito são negadas se o cliente contiver anotações em listas restritivas por condenação em crime de trabalho escravo e condições análogas. O mesmo acontece para análise de novos colaboradores e fornecedores, ocasião em que o relacionamento não se concretiza. Uma base de dados de relacionamentos negados é arquivada para controle.

Estabelecemos também uma idade máxima para o financiamento de veículos usados, garantindo o respeito às normas ambientais vigentes e incentivando o consumo de veículos menos poluidores.

E quanto às garantias imobiliárias no processo de aceitação de imóveis como garantia de operações de crédito atacado junto aos concessionários da Rede Chevrolet foi incluído em procedimento, a obrigatoriedade de análise imobiliária para fins de avaliação por empresa especializada, a qual deve necessariamente incluir a análise de risco socioambiental em suas conclusões. Em caso de qualquer indício de risco ambiental, o imóvel não é aceito como garantia.

Em tarefa contínua, a disseminação da cultura de gerenciamento de risco, ocorre com a divulgação de comunicados, atividades sociais, palestras internas, além da ampla divulgação da política.

Importante ressaltar que dado o porte do conglomerado e a baixa complexidade de nossos produtos financeiros, a proporcionalidade das medidas de governança são consideradas pela alta Administração como adequadas e suficientes.

21.7. Risco Legal

A área Jurídica da Chevrolet Serviços Financeiros avalia os riscos legais envolvidos nas operações e produtos da instituição, mediante consultoria prestada às áreas operacionais e de negócios, bem como através da avaliação específica quando da análise de novos produtos. Adicionalmente analisa todos os contratos com fornecedores e prestadores de serviços firmados pela instituição (nacionais e internacionais), assegurando a mitigação de riscos decorrentes de inadequação de cláusulas contratuais, bem como as práticas comerciais da Chevrolet Serviços Financeiros e identifica o que poderia dar errado a partir de uma perspectiva jurídica, julgando o nível do risco incorrido (com avaliação de doutrina e julgados mais recentes), buscando e apontando alternativas. O não cumprimento de leis, regulamentações, acordos e preceitos éticos são avaliados continuamente dentro do trabalho desenvolvido. O adequado gerenciamento das ações contrárias à instituição, com o controle do contingenciamento decorrente das mesmas, é também uma forma de mitigação de riscos legais. Por fim, a área Jurídica acompanha a edição de quaisquer leis e normas que impliquem impacto aos produtos e à atuação da instituição, prestando orientação às áreas de negócio para sua adequada implementação.

22. Limites operacionais

O Banco possui estrutura de gerenciamento de capital, que visa manter permanentemente o valor de Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos de suas atividades.



Índice de Basileia (Índice de Adequação de Capital)

De acordo com a Resolução CMN 4.193/13 as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13, compatível com os riscos de suas atividades. Existe ainda a parcela Rban, que se refere à exposição de risco de taxa de juros da carteira Banking. Atualmente é utilizada a metodologia EVE para apuração do valor desta parcela.

No Brasil, o índice de Basileia estabelecido pelo Banco Central do Brasil para a abordagem padronizada é de 10,50%. Como prática de boa governança o Grupo Executivo de Gestão de Capital (GEGC), órgão responsável pela gestão de capital local do GMAC, estabeleceu um nível mínimo de gestão de 12,5% de índice de Basileia, garantindo uma posição confortável diante dos reguladores, agências de rating sem comprometer o retorno sobre o capital. Caso o índice esteja abaixo de 12,5% o GEGC avaliará as tendências/previsões futuras e definirá planos de contingência caso necessário.

Para o Índice de Imobilização, o GEGC mantém como limite o percentual máximo estabelecido pelo Banco Central do Brasil (50% do Patrimônio de Referência - PR).

O GEGC revisará e aprovará esses limites anualmente ou tempestivamente quando houver mudanças significativas na legislação.

Grupo Executivo de Gestão de Capital (GEGC)

O Grupo Executivo de Gestão de Capital é o órgão sênior responsável pela aprovação da Política de Gestão de Capital e pela supervisão da gestão de capital no Grupo GMAC. O quórum mínimo de aprovação exige dois diretores estatutários, sendo um deles o Diretor Responsável por Gestão de Capital.

Membros Permanentes: Diretor Presidente (MD); Diretor de Riscos; Diretor Financeiro (CFO); Superintendente de Tesouraria.

Políticas, estratégias e mensuração

Para fins de cálculo e alocação de capital regulatório mínimo, o Banco e o GMAC Administradora de Consórcio Ltda., tratados neste documento como GMAC, adotam a abordagem Padronizada e Simplificada (Resolução CMN 4.193/13) tendo como métrica de acompanhamento o cálculo do Patrimônio de Referência (PR).

Além do monitoramento do PR, de acordo com política global de planejamento e gestão de capital, a GMAC deverá levar em consideração em suas tomadas de decisões fatores que incluem:

- Níveis, tendências e comparações do capital em relação a ativos ponderados pelo risco, riscos correntes e previstos, e outros fatores estratégicos;
- O montante de Capital Regulatório (PR) necessário para cobrir perdas inesperadas decorrentes de todos os riscos relevantes;
- Classificação das Agências de Rating.



O Banco não apresenta instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência Nível II.

Título / Risco ponderado	Ativos	Ativo ponderado por risco	Patrimônio de referência exigido
Risco reduzido - 20%	62.372	12.474	1.232
Risco reduzido - 75%	7.333.869	5.500.402	543.165
Risco reduzido - 100%	2.128.740	2.128.740	210.213
Risco reduzido - 250%	161.083	402.707	39.767
Risco reduzido - 300%	71.093	213.278	21.061
Sub Total 1	<u>9.757.157</u>	<u>8.257.601</u>	<u>815.438</u>
Parcela para cobertura de Risco Operacional	1.449.452	1.449.452	143.133
Parcela para cobertura de exposição de Risco Cambial	61	61	6
Sub Total 2	<u>1.449.513</u>	<u>1.449.513</u>	<u>143.139</u>
Total	<u>11.206.670</u>	<u>9.707.114</u>	<u>958.577</u>
Patrimônio de referência			1.587.872
Índice de Basileia			16,36%



À Administração e Acionistas do
Banco GMAC S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco GMAC S.A. e suas controladas (em conjunto, “Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado consolidadas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco GMAC S.A., em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

O Banco GMAC S.A. elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente, contendo ressalva sobre a não reclassificação das operações de arrendamento mercantil, datado de 22 de março de 2017.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança do Banco a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM IFRS / BANCO GMAC S.A.

São Paulo, 22 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609 /O-8

Luiz Carlos Oseliero Filho
Contador
CRC nº 1 SP 234751/O-6



CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM IFRS / BANCO GMAC S.A.

ANOTAÇÕES



CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS



CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS